

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO – CAMPUS JOÃO PESSOA  
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA**

**MÔNICA DA SILVA ALENCAR**

**TRABALHO INFANTIL: BREVE ANÁLISE DA CULTURA DE ACEITAÇÃO NOS  
ABATEDOUROS DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA  
2019**

**MÔNICA DA SILVA ALENCAR**

**TRABALHO INFANTIL: BREVE ANÁLISE DA CULTURA DE ACEITAÇÃO NOS  
ABATEDOUROS DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Direito de João Pessoa do Centro de  
Ciências Jurídicas da Universidade  
Federal da Paraíba como requisito parcial  
da obtenção do grau de Bacharel em  
Direito.

Orientadora: Ms. Francisco José Garcia  
Figueiredo

**JOÃO PESSOA  
2019**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

A368t Alencar, Mônica da Silva.

Trabalho infantil : breve análise da cultura de  
aceitação nos abatedouros da Paraíba / Mônica da Silva  
Alencar. - João Pessoa, 2019.  
76 f. : il.

Orientação: Francisco José Garcia Figueiredo.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Trabalho infantil. 2. Piores formas. 3. Cultura de  
aceitação. 4. Abatedouros da Paraíba. I. Figueiredo,  
Francisco José Garcia. II. Título.

UFPB/CCJ

**MÔNICA DA SILVA ALENCAR**

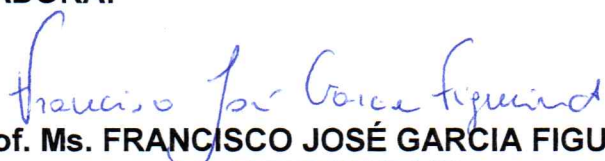
**TRABALHO INFANTIL: BREVE ANÁLISE DA CULTURA DE ACEITAÇÃO NOS  
ABATEDOUROS DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Direito de João Pessoa do Centro de  
Ciências Jurídicas da Universidade  
Federal da Paraíba como requisito parcial  
da obtenção do grau de Bacharel em  
Direito.

Orientadora: Ms. Francisco José Garcia  
Figueiredo

**DATA DA APROVAÇÃO: 24 DE SETEMBRO DE 2019**

**BANCA EXAMINADORA:**

  
**Prof. Ms. FRANCISCO JOSÉ GARCIA FIGUEIREDO**  
(ORIENTADOR)

  
**Prof. Dr.<sup>a</sup> MARÍLIA MARQUES REGO VILHENA**  
(AVALIADORA)

  
**Prof. Dr. ROBSON ANTÃO DE MEDEIROS**  
(AVALIADOR)

A Deus.

Aos meus pais, Ivânia e Antônio.

Aos meus avós e as minhas tias.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço ao Eterno por ter me concedido força e sabedoria para chegar até aqui, por ter colocado pessoas maravilhosas no meu caminho, pelo dom da vida e por todos os ensinamentos.

Agradeço aos meus guerreiros, Ivânia Oliveira e Antônio Alencar, por sempre me apoiar nos meus sonhos e lutar comigo todos os dias para que eu estivesse aqui. Obrigada por todo amor, carinho, compreensão, dedicação e orações; por acreditarem em mim e segurarem a minha mão todas às vezes que os obstáculos quiseram me derrubar. A minha gratidão é eterna mainha e painho.

Um agradecimento ao meu irmão, João Alencar, que sempre esteve presente em minha vida e nos momentos mais difíceis me fez sorrir.

Aos meus avós, pelo olhar carinhoso, pelas palavras de incentivo e pela preocupação com a sua neta, enfim, por todos os conselhos que me fizeram estar aqui e me tornar a pessoa que sou hoje.

Aos meus tios, em especial as minhas tias, Anunciada e Rejane, que são mães para mim. Obrigada por todos os ensinamentos, por toda força e apoio, pois sem vocês eu não concluiria os meus estudos.

Ao meu namorado, Robertson Arlan, por ter acalmado o meu coração diante das minhas angústias e medos com suas palavras, mesmo estando distante; por ser paciente e compreensivo em todos os momentos, e por ser um alicerce na minha vida.

Um agradecimento aos meus primos que são como irmãos, pois sempre estiveram ao meu lado.

Agradeço também aos meus amigos, os que já tinha e os que fiz durante essa estrada, pois vocês foram e são fundamentais na minha vida. O apoio que recebi de cada um em palavra ditas ou escritas de encorajamento estão marcadas em minha vida. Um agradecimento especial aos amigos de longas jornadas, que não estão em João Pessoa, mas a distância não diminuiu a nossa amizade: Kezia, Maria Aparecida, Marcos, Gabriel e Jéssica. Aos amigos que fiz na UFPB, em especial ao meu grupo: Laís, João e Túlio, além de Iago, Ingrid e Karol; e aos amigos da IASD Bancários, em especial a Samia e Anastácia, por todos os conselhos e carinho.

Não poderia esquecer de agradecer as amigas de apartamento e suas respectivas famílias, em especial a Ana Carolina que continua comigo atualmente,

por ter me acolhido de braços abertos e ter me considerado como uma integrante da família. Obrigada por tudo.

Agradeço a coordenadora do PETI, Débora, sempre tão atenciosa e disposta a me ajudar.

A todas as pessoas que diretamente ou indiretamente me ajudaram a trilhar esse caminho.

Aos meus professores por todo o conhecimento compartilhado, por terem me ensinado a ser uma pessoa mais crítica, reflexiva e humana, e por todas as lições de vida ensinadas em breves minutos de aula. Por fim, ao meu orientador, Francisco Garcia, uma das pessoas mais humanas que tive o prazer de conhecer, por todo o auxílio e orientação na elaboração do presente trabalho e pelo sua dedicação com os seus alunos. Muito obrigada.

## RESUMO

O tema trabalho infantil tem ensejado debates em âmbito nacional e internacional com o intento de proteger à criança e ao adolescente das várias formas de exploração econômica, principalmente, as piores formas de trabalho infantil que se disseminam na sociedade como algo natural, reproduzindo o ciclo da violação aos direitos fundamentais. Dessa maneira, o presente estudo analisa o trabalho infantil com uma abordagem voltada para os abatedouros da Paraíba, uma das piores formas de trabalho infantil declarada pelo Decreto n.º 6.481/08, que regulamenta a alínea “d” da Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sob a ótica da cultura de aceitação reverberada na sociedade. Para tanto, foram utilizados os métodos histórico, comparativo e monográfico e a técnica de pesquisa documental indireta para se aprofundar na temática e chegar ou não na conclusão de que o elemento cultural é um fator direto para a prática do trabalho infantil. O estudo desenvolvido parte de uma análise histórica do trabalho infantil no Brasil para se entender o contexto em que as crianças e adolescentes foram inseridas na execução de atividade laborais e a evolução da legislação que proíbe essa prática nefasta, bem como do conceito de trabalho infantil. A seguir, analisa-se as políticas públicas voltadas para a erradicação do trabalho infantil e os fatores que são apontados pela literatura como os propulsores desse trabalho, demonstrando que é um equívoco associar o trabalho infantil diretamente à pobreza e não considerar a naturalização, ou seja, a cultura de aceitação como um elemento direto ao lado das causas econômicas. Nesse contexto, com base em dados estatísticos, faz-se uma análise do estado da Paraíba em relação ao trabalho de crianças e adolescentes, com ênfase para o trabalho infantil em abatedouros e as suas consequências, tendo em vista que há proibição expressa dessa exploração na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por ser considerando um trabalho perigoso, prejudicando a saúde e a segurança dos menores de 18 anos. O estudo concluiu que, de fato, a cultura de aceitação reverbera o trabalho infantil nos abatedouros da Paraíba, sendo um verdadeiro obstáculo para a erradicação desta prática nocente. Portanto, deve-se investir em educação para a sociedade e direcionar as políticas públicas para o enfrentamento das questões culturais sobre a visão condescendente das piores formas de trabalho infantil.

**Palavras-chave:** Trabalho infantil. Piores formas. Cultura de aceitação. Abatedouros da Paraíba.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Nível de instrução das mulheres responsáveis pelo domicílio com crianças de 5 a 17 anos de idade, por situação de ocupação da criança (%).....	42
Figura 2 - Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões – 2000/2010 .....	43
Figura 3 - Nível de ocupação das pessoas de 5 a 17 anos e horas médias trabalhadas, segundo os grupos de idade.....	44
Figura 4 - - Nível de ocupação das pessoas de 5 a 17anos de idade, segundo as Grandes Regiões (%).....	45
Figura 5 - Pessoas de 10 a 17 anos de idades, ocupadas na semana de referência, por Unidade da Federação – 2000/2010 .....	47
Figura 6 - População de 5 a 17 anos ocupada segundo faixas etárias – estados com pior desempenho - 2015 .....	48
Figura 7 - Crianças e adolescentes acidentados entre 5 e 18 anos - 2012/2017 .....	61

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CADÚNICO – CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

CONAETI – COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIAS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CNAS – CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FNPETI – FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IPEC – PROGRAMA INTERNACIONAL PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

MPT – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

PBF – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

PNAD – PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO

SCFV – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

SINAN – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO

SUAS – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TIP – TRABALHO INFANTIL PERIGOSO

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2 TRABALHO INFANTIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SEU CONCEITO JURÍDICO</b>	13
2.1 TRABALHO INFANTIL: CONCEITO	17
2.1.1 Piores formas de trabalho infantil	20
<b>3 O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL</b>	24
3.1 A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	25
3.2 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI N.º 8.069/90	27
3.3 CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	29
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	31
3.4.1 Programa de erradicação do trabalho infantil – PETI	34
3.4.2 Programa Bolsa Família - PBF	36
3.5 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O TRABALHO INFANTIL	39
<b>4. A CULTURA DE ACEITAÇÃO E O TRABALHO INFANTIL EM ABATEDOUROS DA PARAÍBA</b>	43
4.1 UMA REALIDADE ESTADUAL: TRABALHO INFANTIL EM ABATEDOUROS DA PARAÍBA	45
4.2 CULTURA DE ACEITAÇÃO: O VÉU DA NATURALIZAÇÃO	49
4.2.1 A cultura de aceitação como meio de reverberação do trabalho infantil em abatedouros da Paraíba	53
4.3 OS EFEITOS DO TRABALHO INFANTIL	57
4.3.1 O trabalho infantil em abatedouros e as suas consequências	62
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	66
<b>REFERÊNCIAS</b>	68

## 1 INTRODUÇÃO

No processo evolutivo das sociedades o trabalho foi o grande propulsor das transformações. O homem se reinventava e se descobria ao estabelecer relações com a natureza e com a sua espécie para suprir as suas necessidades. É verdade que nem todas essas transformações aconteceram de forma pacífica entre os povos, predominando entre muitas culturas a característica marcante de exploração dos considerados mais fracos.

Nesse contexto, os sistemas produtivos foram se desenvolvendo não importando a idade do explorado, já que era necessária a mão de obra para a formação de grandes civilizações e riquezas. Assim, surge o fenômeno do trabalho infantil baseado em estruturas sociais de desigualdades e fulcrado na concepção que muito perversamente foi incorporada pelo imaginário social: a de criança pobre tem que trabalhar para não roubar, além de ter a obrigação de ajudar na renda da família.<sup>1</sup>

Essa naturalização, como não poderia ser diferente, ganhou força no período da Revolução Industrial com o apogeu do processo capitalista de produção, a partir da predatória utilização do trabalho de crianças e adolescentes nas indústrias. Não importava a idade: se cinco, seis, sete anos a jornada de trabalho geralmente era a mesma dos operários adultos, e quando suas pernas se abatiam, colocavam-nas em botas de ferro branco para sustentá-las.<sup>2</sup>

Tal cenário desumano não parece ter sido modificado, mas apenas amenizado com a crescente luta para garantir os direitos humanos. É o que se percebe ao observar os dados mundiais e nacionais sobre trabalho infantil, e a forma crescente das suas piores formas, embora exista expressamente normas internacionais e, a exemplo do Brasil, normas nacionais que vedam essa violação aos direitos da criança e do adolescente.

No âmbito internacional duas convenções ganham real destaque: a Convenção n.º 138 sobre idade mínima para admissão ao trabalho ou emprego, com a sua Recomendação n.º 146, ratificada pelo Brasil após aprovação pelo Decreto Legislativo n.º 179, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto n.º

---

<sup>1</sup> COLUCCI, Viviane. A teoria da proteção integral frente ao combate ao trabalho infantil e à regularização do trabalho do adolescente. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 79, n. 1, p. 55-65, jan./mar. 2013.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Oris de. **Trabalho e profissionalização de adolescente**. São Paulo: LTr, 2009.

4.134, de 15 de fevereiro de 2002; e a Convenção n.º 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e da ação imediata para a sua eliminação, com a sua Recomendação n.º 90, ratificada após aprovação pelo Decreto Legislativo n.º 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto n.º 3.597, de 12 de setembro de 2000.

As convenções internacionais vieram ampliar a proteção especial já concedida à criança e ao adolescente nas normas constitucionais e infraconstitucionais do Brasil, em especial a Convenção nº 182 por determinar que a legislação nacional deve estabelecer os tipos de trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, prejudicam a saúde, a segurança e a moral da criança (art. 3º, “d”) .

Dessa forma, o Brasil dá um grande passo ao promulgar o Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008, com a lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (TIP), proibindo veemente o trabalho de menor de dezoito anos nas atividades descritas na lista, o que ratifica a proibição expressa no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas brasileiras.

Contudo, mesmo com todo um arcabouço jurídico que proíbe o trabalho infantil, por prejudicar o bem-estar de uma criança comprometendo o seu desenvolvimento físico, psíquico e educacional, na Paraíba, como tantos outros estados do país, encontram-se crianças e adolescentes exercendo atividades degradantes em abatedouros, uma das piores formas de trabalho infantil da lista TIP.

Desse modo, o objetivo principal desse estudo é avaliar o trabalho infantil realizado nos abatedouros da Paraíba sob uma perspectiva da cultura de aceitação, bem como sua interferência no desenvolvimento físico, psíquico e social das crianças e adolescentes submetidas a essas atividades nefastas, mesmo diante da proteção jurídica concedida aos menores de 18 anos.

Para tanto, utilizou-se os métodos de procedimentos histórico, comparativo e monográfico. O método monográfico será empregado a partir do estudo da cultura de aceitação do trabalho infantil na sociedade, examinando os seus impactos diretos no trabalho infantil nos abatedouros da Paraíba, com o escopo de identificar as violações de direitos na vida de crianças e adolescentes no geral. Dessa forma, o método histórico será de fundamental importância para o

entendimento do surgimento e da reverberação da cultura de aceitação do trabalho infantil diante de uma legislação protetiva, assim como, o método comparativo, que proporcionará o reconhecimento da naturalização da exploração infantil nos abatedouros.

Por fim, no concernente às técnicas de pesquisas, será adotada a documental indireta, uma vez que para o levantamento de dados foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a documental. A primeira realizada a partir da análise de publicações relacionadas ao tema em artigos, livros, dissertações, monografias e *sites*. Já a segunda, pela utilização de fontes primárias, a exemplo da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) n.º 182, Constituição Federal e o Decreto n.º 6.481/08.

Com o intento de melhor compreensão da temática, o presente trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo inicia-se com uma abordagem histórica do trabalho infantil no Brasil, para que se tenha uma melhor compreensão do desenvolvimento desta prática nefasta até os dias atuais. Além disso, traz uma análise do seu conceito e das piores formas de trabalho infantil a partir das Convenções n.º 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho.

Por sua vez, o segundo capítulo continua a abordagem jurídica, com ênfase nas normas nacionais de proteção à criança e ao adolescente e nas políticas públicas voltadas para a erradicação do trabalho infantil. Em seguida, apresenta alguns fatores que contribuem para a exploração laboral das crianças e adolescentes.

Finalmente, no último capítulo, após uma breve abordagem estatística do trabalho infantil, busca-se entender sob o prisma da cultura de aceitação o porquê de crianças e adolescentes participarem do trabalho em abatedouros da Paraíba, mesmo com inúmeras consequências para a sua saúde física e psíquica, além da expressa proibição legislativa.

## 2 TRABALHO INFANTIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SEU CONCEITO JURÍDICO

A história brasileira é marcada por crianças e adolescentes pobres que sempre viveram à margem da sociedade pelas suas condições econômicas deploráveis e pela falta de um contexto no qual elas possuísem direitos. O mundo dos “adultos civilizados” não parecia ser o mais adequado para os pequenos seres que não possuíam voz, mas apenas força de trabalho, sendo utilizados como mão de obra para suprir os interesses dos seus colonizadores, senhores, empregadores e por que não dizer exploradores.

O trabalho infantil no Brasil remonta à época colonial, quando os portugueses interessados nas riquezas brasileiras, inicialmente na extração do pau-brasil e na construção dos primeiros vilarejos, utilizaram a força de trabalho das crianças indígenas, desconstruindo o processo de aprendizagem na comunidade para a inserção da criança no mundo produtivo e simbólico dos adultos. O que era considerado como evolução, participação e convivência dos pequenos nativos na realização das atividades em comunidade, tornou-se fútil para os colonizadores que almejavam o lucro do trabalho dos indígenas.<sup>3</sup>

Com o avanço da colonização e a violência que levou ao extermínio de muitas tribos indígenas, a solução para a continuidade da exploração foi a mão de obra escrava, a qual, mais uma vez, estava presente a participação das crianças e adolescentes. Era mais viável<sup>4</sup> para os traficantes a importação de crianças por possuírem maior capacidade de adaptação ao trabalho, maior perspectiva de vida, pela diferença do preço e a maior docilidade.<sup>5</sup> Sendo assim, por volta dos sete aos oito anos de idade as crianças escravas já começavam a trabalhar, como bem aponta Oris de Oliveira citando Kátia de Queiroz Mattoso:<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> OIT. **Boas praticas de combate ao trabalho infantil**: os 10 anos de Ipec no Brasil. Brasília: OIT, 2003. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_233583.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_233583.pdf). Acesso em: 10 jul. 2019.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p.36. Segundo a OIT: “se o escravo adulto era fácil e lucrativamente explorado, as crianças o eram ainda mais: ocupavam menos espaço nos barcos negreiros, demandavam menos água e comida, brigavam menos e com sorte teriam alguns anos a mais de vida útil antes de sucumbir à desnutrição, à doença e aos maus tratos”.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Oris de. **Trabalho e profissionalização de adolescente**. São Paulo: LTr, 2009.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 49.

Através de documentos que conhecemos e, particularmente os testamentos e inventários post-mortem, parece que podemos logo distinguir duas idades da infância para os escravos: de zero aos sete para oito anos, o crioulinho ou a crioulinha, o pardinho ou a pardinha, o cabrinho ou a cabrinha são crianças novas, geralmente sem desempenho de atividades de tipo econômico; dos sete para os oito anos até os doze anos de idade os jovens escravos deixam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos, mas na qualidade de aprendiz [...] Terceira maioridade que nos parece muito mais importante que as outras duas porque não somente é própria à condição escrava como também indica claramente que, tratando-se de criança escrava, o divisor de águas entre infância e adolescência colocava-se bem antes dos doze anos, porque assim exigia os imperativos de ordem econômica e social. [...] Essa idade de sua vida que vai dos 7 aos 12 anos, não é mais a idade da infância porque sua força de trabalho é explorada ao máximo, exatamente como o será mais tarde também. Mesmo se seu rendimento é menor, ele é escravo à *part entière* e não mais criança. A obediência que deve como criança não mais deve à mãe mas a seu senhor mesmo se sua mãe desempenha de vez em quando papel de intermediária.

Nesse contexto, em 1825, no período Imperial do Brasil, na Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, José Bonifácio de Andrade Silva propôs o limite etário de até 12 anos de idade para os escravos não serem submetidos a trabalhos insalubres e demasiados.<sup>7</sup> Contudo, os outros trabalhos poderiam ser permitidos, representando um avanço para a época, mas, ainda, um retrocesso para a humanidade que via o trabalho infantojuvenil como necessário e de pouca importância às suas consequências.

Com a implantação das indústrias, a massa burguesa enxergava ainda mais o trabalho infantojuvenil como primordial para o crescimento do país. Assim, a partir de meados do século XIX, houve grande demanda de força de trabalho de crianças e adolescentes recebendo salários baixíssimos. “Muitas dessas crianças não tinham mais de 10 anos e trabalhavam o mesmo número de horas diárias que os adultos. Havia inúmeros casos de meninos e meninas de 5 ou 6 anos trabalhando 12 horas diárias na indústria têxtil”.<sup>8</sup> Os menores eram recrutados em asilos, instituições de caridades e outros trabalhavam para complementar a renda familiar.<sup>9</sup>

Como na Inglaterra e nos outros países europeus durante a Revolução Industrial<sup>10</sup> as crianças brasileiras eram submetidas a ambientes insalubres,

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>8</sup> Frâncico Foot e Victor Leonardi *apud* Oris de Oliveira, p. 54.

<sup>9</sup> PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed.rev. São Paulo: Cortez, 2009. “Os patrões justificavam a exploração infantil alegando que retiravam os menores da ociosidade e das ruas, dando-lhes uma ocupação útil. Foram, pois, contra o Código de Menores de 1927, que não autorizava o trabalho antes dos 12 anos”.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p.23. “[...] Fechadas em quatros estreitos em que o ar era infestados pelo óleo das lâmpadas e das máquinas, as crianças eram empregadas em trabalho que se prolongava por



exercendo atividades inadequadas para a idade e sem possibilidade de educação, instrução moral, recreação e perspectiva de vida. O trabalho infantojuvenil era observado pela sociedade como um método de salvação para as crianças e adolescentes invisíveis e para a classe mais pobre da população era a forma de diminuir a “vagabundagem”.

Com essa visão o trabalho infantil crescia, a riqueza nacional crescia, mas as crianças e adolescentes continuavam em estado de miserabilidade e exploração da sua força de trabalho, uma vez que o estado brasileiro e a sociedade como o todo convivia de forma pacífica com esse trabalho. As normas jurídicas de proteção à criança e adolescente eram quase inexistentes e quando existiam eram ineficazes, a exemplo do Decreto n.º 1.313, de 17 de janeiro de 1891,<sup>11</sup> que regularizava o trabalho e as condições dos menores empregados nas fábricas do Distrito Federal. Entretanto, permitia o emprego de crianças de 8 (oito) anos, como exceção, nas fábricas de tecidos.<sup>12</sup>

As normas existentes à época não proibiam o trabalho de menores, apenas limitava a idade e a quantidade de horas trabalhadas, predominando o uso indiscriminado da mão de obra infantojuvenil em meio à complacência do Estado e da sociedade, aliada aos interesses capitalistas dos empresários. “Ou seja, a estratégia de manutenção das crianças no trabalho é a prática que contraria o discurso da proteção”,<sup>13</sup> como bem expõe Rizzini.

Em meio às propostas dos partidos e programas políticos do final do século XIX e início do século XX havia um paradoxo: proteção *versus* exploração, pois se de um lado estavam os intervencionistas - apoiavam a intervenção do Estado na regulamentação do trabalho, do outro estavam os conservantistas - defensores

---

todo o dia e às vezes noite a dentro. A falta de higiene e a mudança frequente de temperatura causavam várias doenças, sobretudo a febre nervosa. As crianças privadas de todo meio de educação não recebiam instruções moral ou religiosa. As crianças trabalhavam de pé o tempo todo e não podiam sentar-se ou deixar a máquina a não ser por poucos e rápidos intervalos para refeições quando não se alimentavam trabalhando; se houvessem queixas eram castigadas com golpes pelos supervisores ou pelos pais. Suas pernas se abatiam: mas o gênio do lucro é inventivo: colocavam-nas em botas de ferro branco para sustentar”.

<sup>11</sup>*Ibidem*, p.57. “O Decreto n.1.313 tinha seu campo de aplicação restrito ao Distrito Federal, o que não tem impedido, todavia, que tenha sido apontado, com razão, como a primeira lei republicana sobre trabalho infanto-juvenil”.

<sup>12</sup>*Ibidem*, p.58. “O Decreto deixa implícito que a idade mínima de admissão ao emprego era para meninos e meninas 12 anos, exceto, porém para ‘aprendizes’ no setor têxtil que era de 8 anos, sabendo-se que, então, o setor têxtil era o que empregava o maior número de mão-de-obra”. Ademais, o autor ressalta que o termo aprendiz perdera o significado inicial qualificando todo trabalhador menor.

<sup>13</sup> RIZZINI, *op. cit.*, p. 40.

da liberdade de trabalho sem intervenção do Estado, estes “repetindo os argumentos que se encontram nos debates parlamentares do século XIX no parlamento francês: ‘Ao pai e, só a ele, cumpre resolver sobre a necessidade de seu filho menor trabalhar, ou não’”.<sup>14</sup>

Esse discurso retrógrado, dentre outros, facilitou cada vez mais a continuidade de crianças e adolescentes como mão de obra barata para os empregadores, como bem demonstra Oris de Oliveira ao citar o depoimento de *Jacob Penteado* ao contar sobre sua experiência em uma fábrica de Belenzinho:<sup>15</sup>

O ambiente era o pior possível. Calor intolerável, dentro de um barracão coberto de zinco, sem janelas nem ventilação. Poeira micidial (sic), saturada de miasmas, de pó de drogas moídas. Os cascos de vidro espalhados pelo chão representavam outro pesadelo para as crianças, porque muitas trabalhavam descalças ou com os pés protegidos apenas por alpercatas de corda, quase sempre furadas. A água não primava pela higiene nem pela salubridade. Acrescentem-se a isso os maus tratos dos vidreiros, muito comuns naquele tempo. Os meninos deviam estar na fábrica quase uma hora antes dos oficiais porque tinham que encher de água os latões e tinhas, onde vidreiros mergulhavam as anãs e os ferros de fazer bocas. [...] Assim em dias normais as horas de trabalho dos meninos eram dez e, quando a fusão do vidro retardava, aumentavam para onze, doze e até quinze. [...] Os meninos sempre foram indispensáveis nas fábricas de vidro. Muitas tarefas auxiliares só eles podiam executar sem contar que representavam mão-de-obra a preço vis. Ganhávamos apenas \$ 700 (setecentos reis) por dia.

Nesse diapasão, vários movimentos de sindicalistas e operários passaram a denunciar os abusos do trabalho de crianças, bem como de mulheres nas fábricas. O país estava presenciando uma mudança da visão pacífica da exploração infanto-juvenil a partir dos movimentos de resistência e greves contra esse verdadeiro quadro dantesco. Todavia, mesmo com avanços na regulamentação do trabalho infantojuvenil, edição do Código de Menores, Decreto n.º 17.943-A de 1927, a razão estava eivada pela intenção de oferecer iguais condições de concorrência para os inúmeros mercados do braço infantojuvenil.<sup>16</sup>

A partir da década de 30 houve uma expansão do direito do trabalho com maior aceitação das ideias de intervenção do estado nas relações de trabalho, além de uma maior preocupação em âmbito internacional para o problema que afetava e afeta todos os países, principalmente aqueles em desenvolvimento. Tudo indicava

<sup>14</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 63.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.67.

<sup>16</sup> Para Oris de Oliveira, p. 70 (*apud* BRITO, 1929, p. 158-159) “[...] No que toca aos interesses respeitáveis da indústria em face do trabalho de menores, *Handerson* mostra como a lei deve ser universalmente aplicada nos vários Estados da União de modo que as manufaturas de uns não sejam prejudicadas na sua composição pelas manufaturas de outros”.

que o Brasil estava avançando na luta a favor da criança e adolescente ao implementar políticas e programas que garantiam gradativamente a expansão dos direitos consagrados na legislação nacional e internacional.

## 2.1 TRABALHO INFANTIL: CONCEITO

O trabalho infantil não é um fenômeno novo, faz parte da vida em sociedade há muitos anos. Contudo, ainda é algo complexo de ser definido ao considerar os aspectos culturais, sociais, as espécies, idades mínimas e circunstâncias.<sup>17</sup>

Ao analisar o conceito considerando a idade, observa-se que os documentos internacionais nomeiam como criança todo ser humano dentro da faixa etária de zero a dezoito anos. Portanto, qualquer trabalho exercido por uma pessoa até os dezoito anos é infantil.

Contudo, as mesmas normas estabelecem níveis de idades para que determinados trabalhos possam ser realizados abaixo dos dezoito anos, como se verifica na Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) n.º 138 ao prever as idades mínimas de admissão: a) 15 ou 14 anos, idade básica para admissão ao emprego e ao trabalho; b) 18 anos, idade superior para os tipos de trabalho que prejudicam a saúde, a segurança e a moral, podendo ser realizado o trabalho aos 16 anos em casos de instrução ou formação adequada; c) 13 ou 12 anos, idade inferior para os trabalhos conceituados como leves.<sup>18</sup>

Ao estabelecer a idade mínima de admissão ao trabalho, a Convenção n.º 138 *per se* exclui alguns trabalhos não considerados nocivos, prejudiciais ao pleno desenvolvimento físico, mental e escolar da criança e adolescente, bem como os que não atentem contra a dignidade, honra e moral, a exemplo dos realizados em propriedade familiares e estabelecimentos empresariais.

No concernente à atividade econômica, “deve ser observado que as vedações ao trabalho infantil representam, em linhas gerais, toda e qualquer forma

---

<sup>17</sup> SANTOS, Jonábio Barbosa dos. **O trabalho infantil no Brasil e na Argentina**: um caso de desrespeito à declaração sociolaboral do MERCOSUL. São Paulo: LTr, 2015. Disponível em: <https://app.vlex.com/#BR/sources/13008>. Acesso em: 15 jul. 2019.

<sup>18</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 159. O autor acentua que os adjetivos “básica, superior e inferior” são adotados pelos Expertos na Aplicação de Convenções e Recomendações.

de trabalho prestado fora das hipóteses legais”,<sup>19</sup> voltadas para os interesses do mercado, com pagamento ou não.<sup>20</sup>

Assim, segundo a OIT e o Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Ipec), o trabalho infantil:

*[...] se refiere a cualquier trabajo o actividad, que es física, mental, social o moralmente perjudicial o dañina para el niño o niña; que interfiere en su escolarización privándole de la oportunidad de ir a la escuela, obligándole a abandonar prematuramente las aulas, o exigiendo que intente combinar la asistencia a la escuela con largas jornadas de trabajo pesado. Aun así, resulta difícil dar una definición precisa del término trabajo infantil, que se pueda aplicar a todas las situaciones y a todos los países.*

*Trabajo infantil es toda actividad económica realizada por niños, niñas y adolescentes, por debajo de la edad mínima general de admisión al empleo especificada en cada país, cualquiera que sea su categoría ocupacional (asalariado, independiente, trabajo familiar no remunerado). También se considera trabajo infantil aquellas actividades económicas realizadas por debajo de los 18 años, que interfieran con la escolarización de los niños, niñas y adolescentes, se realicen en ambientes peligrosos, o se lleven a cabo en condiciones que afecten su desarrollo psicológico, físico, social y moral, inmediato o futuro.*<sup>21</sup>

No Brasil, a convenção n.º 138 somente foi ratificada no ano de 2002, por meio do Decreto n.º 4.134. Contudo, a legislação interna já proibia o trabalho para crianças e adolescentes menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Ou seja, a Constituição Federal de 1988 ao estabelecer as idades mínimas de admissão ao trabalho, no seu art. 7º, inciso XXXIII,<sup>22</sup> trouxe menos flexibilidade na admissão de crianças e adolescentes ao trabalho.

Entretanto, mesmo com a proteção constitucional e infraconstitucional o trabalho infantil é um dos mais graves problemas do país. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD- 2015), mais de 2,7 milhões de crianças e adolescentes, de 5 a 17 anos, estão em situação de trabalho no país, sendo que 2 milhões estão na faixa etária de 14 a 17 anos, 68% exercem atividades

<sup>19</sup> SANTOS, *op. cit.*, p. 25.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 26. “Verifica-se a exclusão de atividades econômicas, como é o caso daquelas prestadas em escolas ou até mesmo em suas casas, por entenderem os membros da OIT que essas não são atividades, mas sim tarefas, pois as crianças e adolescentes podem ser incluídos no critério de definição da população economicamente ativa, embora este não seja um conceito ou noção jurídica, mas, acima de tudo, um critério estatístico”.

<sup>21</sup> OIT. Oficina Regional para las Américas/Programa IPEC. **La acción Del IPEC contra el trabajo infantil em América Latina y el Caribe 1996-2004**: avances y prioridades futuras. Lima, 2004. Disponível em:

<https://www.ilo.org/ipeinfo/product/viewProduct.do;jsessionid=GfLrYkhNpyxf7kQrhYhCXtYSFhCcssp0TR4yZyhLrRCQsymkMknf!-758118105?productId=7037>. Acesso em: 10 jul. 2019.

<sup>22</sup> Art. 7º, XXXIII, CF - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

não agrícolas e 32% exercem atividades agrícolas, com 854 mil crianças e adolescentes concentrados na região Sudeste.<sup>23</sup>

Em 2017 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou novos dados sobre o trabalho infantil, com base em nova metodologia utilizada pelo PNAD, identificando 1,8 milhões de meninos e meninas de 5 a 17 anos na condição de trabalhadores.<sup>24</sup> Tais dados demonstram uma diminuição significativa no quadro brasileiro de trabalho infantil. Entretanto, camuflam a verdadeira realidade, já que foram excluídas as crianças e adolescentes que trabalham para o próprio consumo.<sup>25</sup>

Em síntese, tanto a Convenção n.º 138 como as normas brasileiras classificam o trabalho infantil como aquele realizado abaixo das idades estabelecidas em lei, com ênfase para a proibição de todo e qualquer trabalho executado em condições de insalubridade, periculosidade ou em condições que coloque em risco a integridade física e mental, bem como afronte a sua dignidade e honra.

Nesse contexto, o trabalho infantil pode ser definido como o oposto do trabalho decente,<sup>26</sup> pois, na sua origem retira as possibilidades de oportunidades de um futuro trabalho produtivo e de qualidade na fase adulta, com equidade, segurança, liberdade e dignidade, garantindo um desenvolvimento socioeconômico.

---

<sup>23</sup> Trabalho infantil no Brasil e no mundo. **Rede peteca**: chega de trabalho infantil. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/estatisticas/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

<sup>24</sup> PNAD contínua 2016: Brasil tem, pelo menos, 998 mil crianças trabalhando em desacordo com a legislação. **Agência IBGE**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18383-pnad-continua-2016-brasil-tem-pelo-menos-998-mil-criancas-trabalhando-em-desacordo-com-a-legislacao>. Acesso em: 22 jul. 2019.

<sup>25</sup> Em nota explicativa sobre os dados de trabalho infantil da PNAD contínua 2016, o FNPETI explica: Ressaltamos que as informações precisam ser avaliadas e compreendidas a partir da seguinte mudança metodológica: foram excluídas da apresentação dos dados sobre trabalho infantil 716 mil crianças e adolescentes que trabalham para o próprio consumo. Nessa ocupação, há uma maior incidência de trabalho infantil abaixo de 13 anos. Disponível em: <https://fnpeti.org.br/noticias/2017/11/30/nota-explicativa-sobre-os-dados-de-trabalho-infantil-da-pnad-continua-2016/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

<sup>26</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Trabalho decente: análise jurídica da exploração do trabalho**: trabalho escravo e outras formas de trabalho indigno. 4. ed. São Paulo: LTr, 2016.

Nas lições de Brito Filho, trabalho decente “é um conjunto mínimo de direitos do trabalhador que corresponde: ao direito ao trabalho; à liberdade de trabalho; à igualdade no trabalho; ao trabalho em condições justas, incluindo remuneração, e que preservem sua saúde e segurança; à proibição do trabalho infantil; à liberdade sindical; e à proteção contra os riscos sociais”.

Com efeito, se “*en todas partes, y para todos, el trabajo decente es un medio para garantizar la dignidad humana*”,<sup>27</sup> o trabalho infantil é um meio para retirar essa dignidade ao utilizar, muitas vezes, crianças e adolescentes como mera instrumentalização humana<sup>28</sup> para alcançar finalidades egoístas.

Outrossim, em meio à classificação do trabalho infantil não se pode desconsiderar os fatores culturais que orientam a percepção de cada indivíduo sobre o seu significado. Para alguns, deve ser conceituado de acordo com a responsabilidade do trabalho exercido; com a violação de direitos básicos da criança e adolescente; com a obrigatoriedade da atividade ou com as condições que o trabalho é exercido.<sup>29</sup>

Sendo assim, não há um consenso em âmbito cultural sobre o que seria trabalho infantil, principalmente porque a maioria da população possui pouco conhecimento acerca do assunto, sem falar do discurso de que trabalho para crianças e adolescentes não é exploração, mas sim oportunidade de vida, o que dificulta a implementação de políticas de erradicação eficiente.

### 2.1.1 Piores formas de trabalho infantil

À medida que a proteção à criança e ao adolescente foi crescendo, garantindo os seus direitos por meio de normas internacionais, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), a Convenção sobre Direitos da Criança, a Convenção n.º 138 e a Recomendação n.º 146, entre outros, bem como as ações voltadas para a sua erradicação, percebeu-se que o trabalho infantil assumia em inúmeros países formas de altíssima gravidade para o desenvolvimento da criança e adolescente. Sendo necessário um olhar mais atento para as formas de prestação do trabalho infantojuvenil.

Nesse contexto, a OIT editou a Convenção n.º 182 juntamente com a Recomendação n.º 190 no ano de 1999, com o escopo de eliminar toda forma de

---

<sup>27</sup> *Reducir el deficit de trabajo decente: un desafío global*. Primera edición, Ginebra – Suiza: Oficina Internacional del Trabajo, 2001. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc89/rep-i-a.htm>. Acesso em: 26 jul. 2019.

<sup>28</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 9 ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, fls. 63. (*apud* GOMES; JÚNIOR, 2017).

<sup>29</sup> VIEIRA, *op. cit.*, p. 142.

prestação de trabalho perigoso,<sup>30</sup> insalubre, que coloca em risco à saúde, a integridade física, mental e moral da criança e do adolescente.

A Convenção n.º 182, nos termos do seu art. 3º, elencou como piores formas de trabalho infantil:

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- b) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- c) a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais com definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- d) o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças.

Essa convenção achou por certo a utilização do adjetivo “piores”, não significando que as outras formas de trabalho infantil são aceitáveis ou boas, mas sim que pela natureza das atividades realizadas por crianças e adolescentes precisam de medidas de caráter de urgência na sua erradicação.

Dessa forma, como as piores formas de trabalho infantil foram definidas de modo geral, a própria convenção previa que era de responsabilidade de cada Estado-Membro determinar pela legislação nacional ou pela autoridade competente o que é trabalho que por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças, levando em consideração a definição de trabalho perigoso.

No Brasil, a Convenção n.º 182 e a Recomendação 190 só foram aprovadas pelo Decreto Legislativo n.º 178 em 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto n.º 3.597, de 12 de setembro de 2000, sendo que a determinação pela legislação nacional dos tipos de trabalho a que se refere o art. 3º, “d”, só ocorreu em 12 de junho de 2008, com o Decreto n.º 6.481, que definiu, entre outros, trabalhos prejudiciais à saúde e à segurança, o realizado em matadouros ou abatedouros, passíveis de proporcionarem diversos riscos ocupacionais.

O Brasil ao ser o primeiro país a ratificar a Convenção n.º 182 deu continuidade ao histórico de país pioneiro em leis que buscam a proteção da criança

---

<sup>30</sup> Para a OIT o trabalho que põe em perigo o bem-estar físico, mental ou moral de uma criança, seja por sua natureza ou pelas condições em que é realizado. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/WCMS\\_446122/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/WCMS_446122/lang--pt/index.htm). Acesso em: 26 jul. 2019.

e do adolescente. E ao estabelecer a Lista TIP,<sup>31</sup> com 93 piores formas de trabalho infantil no Brasil, a lista mais extensa entre todos os países,<sup>32</sup> mostrou-se preocupado com as futuras gerações. Tal lista foi corolário de muitos esforços da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), da sociedade civil e do governo federal,<sup>33</sup> com o auxílio de médicos do trabalho responsáveis pela listagem dos prováveis riscos à saúde e ao desenvolvimento das crianças e adolescentes.

A elaboração da Lista TIP, segundo Maria Cláudia Falcão, oficial de projeto da OIT, foi elaborada, primeiramente, riscando as profissões que exigem uma qualificação, a qual crianças e adolescentes não podem ter. Após, foram listadas as atividades que trariam perigos físicos, psíquicos e emocionais para essas crianças e adolescentes.<sup>34</sup>

Ademais, ressalta-se que a própria Recomendação 190 da Convenção n.º 182 estabelece os critérios para determinar os trabalhos do item “d” do art. 3º, a saber: a) os trabalhos que expõe a criança a abusos físicos, psicológicos ou sexuais; b) os trabalhos realizados no subterrâneo, embaixo da água, em alturas perigosas ou espaços confinados; c) os trabalhos com máquinas, equipamentos e ferramentas perigosos, ou que envolva o manuseio ou transporte de cargas pesadas; d) trabalhos em ambientes insalubres, os quais possam expor a criança ou o adolescente a substâncias, agentes ou processos perigosos, ou a níveis de temperatura, ruído ou vibração que possibilite danos à saúde; e) trabalhos em condições particularmente difíceis, como por longas jornadas ou noturnos, ou onde a criança é confinada sem justa causa no local de trabalho, dentre outros.

Dessarte, após as análises necessárias, a Lista TIP foi elaborada dividindo os trabalhos em dois grupos: I - prejudicial à saúde e à segurança e II - prejudiciais à moralidade.

---

<sup>31</sup> Lista TIP é a nomenclatura usual (sigla) da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, conforme o Decreto n.º 6.481/08.

<sup>32</sup> Conheça as 93 piores formas de trabalho infantil no Brasil. **Rede peteca**: chega de trabalho infantil. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/tira-duvidas/o-que-voce-precisa-saber-sobre/conheca-93-piores-formas-de-trabalho-infantil-no-brasil/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

A exemplo de comparação, tem-se a Argentina com 14 formas listadas e a Bolívia com 20 formas listadas, segundo a Rede Peteca - chega de trabalho infantil.

<sup>33</sup> A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também contribuiu para a listagem ao fornecer a Classificação Brasileira de Ocupações.

<sup>34</sup> Conheça as 93 piores formas de trabalho infantil no Brasil. **Rede peteca**: chega de trabalho infantil. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/tira-duvidas/o-que-voce-precisa-saber-sobre/conheca-93-piores-formas-de-trabalho-infantil-no-brasil/>. Acesso em: 27 jul. 2019.



O primeiro grupo é composto por oitenta e nove das piores formas, em vários ramos de atuação, sendo a indústria de transformação detentora do maior número de atividades (trinta e cinco) de extremo risco para os menores de 18 anos, por estar no meio do caminho entre a matéria-prima e o produto final sua cadeia envolve o manejo de materiais/equipamentos perigosos, bem como ambientes insalubres. Há, no entanto, atividades em todos os setores da economia, a exemplo dos serviços domésticos exercidos, uma das formas mais comuns e tradicionais, o que acarreta a naturalização pela sociedade.

O segundo grupo relaciona as atividades de violência sexual, de vida noturna, de consumo com bebidas e outras drogas que afetam a vida subjetiva, a honra os princípios e valores que devem ser transmitidos para as crianças e adolescentes.

Assim, o país deu um grande passo na sua longa caminhada para erradicar todas as formas de trabalho infantil perigoso com a identificação de todas as atividades que prejudicam a curto, médio e longo prazo a vida em todos os âmbitos de crianças e adolescentes.

### 3 O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Com o reconhecimento oficial da existência do trabalho infantil em suas mais diversas áreas, desde meados da década de 1990, o Brasil se tornou referência na comunidade internacional no concernente aos esforços para a prevenção e erradicação dessa prática nefasta.

Prova disso, são as ratificações das convenções sobre trabalho infantojuvenil,<sup>35</sup> sendo as mais importantes para esse estudo a Convenção n.º 138, acompanhada de sua Recomendação n.º 146 e a Convenção n.º 182, acompanhada de sua Recomendação n.º 190.

Ademais, embora a Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento não se limite ao trabalho infantil, é de suma importância lembrar que ao introduzi-lo em seus princípios relativos aos direitos fundamentais declara que todos os Membros, inclusive os que ainda não ratificaram as convenções, têm a obrigação de respeitar, promover e fazer realidade, de boa-fé a abolição efetiva do trabalho infantil.

Para tanto, utiliza-se de segmentos anual e global encorajando os esforços dos Membros com vistas a promover os princípios e direitos fundamentais seguidos pelas declarações e convenções da OIT.

Assim, além das convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, a legislação brasileira possui diversos dispositivos relativos à proibição do trabalho infantil e à proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes. A maior conquista adveio com a promulgação de uma nova Constituição Federal, em 1988, que reconheceu os direitos das crianças, inclusive o princípio da proteção integral. Todavia, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1943, já

---

<sup>35</sup> Até o presente momento o Brasil ratificou as seguintes convenções sobre trabalho infanto-juvenil: Convenção n.º 5 sobre a Idade Mínima de Admissão nos Trabalhos Industriais, 1919 (denunciada, como resultado da ratificação da Convenção n.º 138); Convenção n.º 6 sobre o Trabalho Noturno dos Menores na Indústria, 1919 (instrumento pendente de revisão); Convenção n.º 7 sobre a Idade Mínima para Admissão de Menores no Trabalho Marítimo, 1920 (denunciada, como resultado da ratificação da Convenção n.º 58); Convenção n.º 16 sobre Exame Médico de Menores no Trabalho Marítimo, 1921 (instrumento pendente de revisão); Convenção n.º 58 sobre Idade Mínima no Trabalho Marítimo, 1936 (denunciada, como resultado da ratificação da Convenção n.º 138); Convenção n.º 124 sobre Exame Médico dos Adolescentes para o Trabalho Subterrâneo nas Minas, 1965 (instrumento atualizado); Convenção n.º 138 sobre Idade Mínima para Admissão, 1973, acompanhada da Recomendação n.º 146; e Convenção n.º 182 sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação, 1999, acompanhada pela Recomendação n.º 190.

apresentava dispositivos específicos que procuravam proteger e tutelar o trabalho dos menores de 18 anos.

Posteriormente, foi aprovada a Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) com novos avanços referentes à proteção e garantias às crianças e adolescentes, além de outras normas também relevantes. Em síntese, esses três diplomas legais “formam os instrumentos legais básicos que normatizam e resguardam os direitos das crianças e adolescentes”.<sup>36</sup>

### 3.1 A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, a principal preocupação tornou-se a valorização do ser humano e não mais a ordem econômica, preservando e incentivando outros elementos essenciais para o desenvolvimento humano, como a educação, o lazer, a família, o trabalho decente, o direito de ser criança e de sentir o sabor da infância e da adolescência.

Nesse contexto, o trabalho infantil, um dos maiores problemas atuais, não poderia ser mais aceito e incentivado pela sociedade, principalmente pelos setores da economia, pela sanha voraz dos empresários, pois vai de encontro aos princípios e direitos fundamentais esculpidos na Constituição Cidadã.

Ao incluir a dignidade humana como direito fundamental, o legislador constituinte transformou o tratamento dado às crianças e adolescentes adotando a doutrina da proteção integral<sup>37</sup> “formada por um conjunto de enunciados lógicos, que exprimem um valor ético maior, organizada por meio de normas interdependentes que reconhecem criança e adolescente como sujeitos de direito”,<sup>38</sup> superando a visão do direito tradicional, que percebia a criança como “coisa” e do direito moderno do menor incapaz.

---

<sup>36</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - IPEC. **Legislação comparada sobre o trabalho de crianças e adolescentes nos países do Mercosul**. Brasília: OIT, 2006.

<sup>37</sup> A doutrina da proteção integral está fundada nos princípios e nas disposições elencadas nas normas internacionais de direito da criança (Declaração Universal dos Direitos da Criança, 1959; Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989; e entre outros documentos de direitos humanos).

<sup>38</sup> MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andradre (coord.). **Curso de direito da criança e do adolescente**: aspectos teóricos e práticos. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

Essa doutrina reconheceu uma série de direitos fundamentais e uma responsabilidade tripartite da família, sociedade e Estado na garantia e desenvolvimento de tais direitos, como bem dispõe o art. 227 da Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A atual Constituição tem essa nova base doutrinária que reconhece o direito à prioridade absoluta dos interesses da criança e adolescente, ampliando a proteção jurídica concedida ao trabalho dos jovens, elevando a idade mínima para o trabalho a 16 anos, mantendo a proibição de qualquer trabalho perigoso, insalubre e noturno aos menores de 18 anos e garantindo aos jovens direitos previdenciários e trabalhistas, bem como o acesso do trabalhador adolescente à escola, como prevê o art. 227, § 3º da CF:

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:  
I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;  
II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;  
III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;  
[...]

O legislador constituinte ao estabelecer todos esses direitos fundamentais, diretamente relacionados com a dignidade humana e com o trabalhador, reconheceu a peculiar condição da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento, titular de proteção especial.

Tal proteção é essencial para o futuro homem trabalhador, visto que só poderá ser assegurado um trabalho decente<sup>39</sup> para os futuros adultos se as crianças e adolescentes de hoje gozarem do pleno direito à educação, à saúde, ao lazer, à família, em síntese, ao direito de viver e se desenvolver em meios aos sorrisos inocentes da infância.

---

<sup>39</sup> SANTOS, Jonáblio Barbosa dos. **O trabalho infantil no Brasil e na Argentina**: um caso de desrespeito à declaração sociolaboral do MERCOSUL. São Paulo: LTr, 2015. Disponível em: <https://app.vlex.com/#BR/sources/13008>. Acesso em: 18 jul. 2019. “O acesso ao trabalho decente é o único mecanismo que, ladeado por uma educação de qualidade, pode assegurar ao jovem, e ao homem de um modo geral, o acesso a uma quantidade de serviços e de bens através de uma remuneração capaz de prover o seu sustento e de sua família, sendo este o caminho que a sociedade possui para encontrar e desenvolver talentos”.

Assim, a Constituição de 1988 projetou um novo modelo jurídico, com base na doutrina da proteção integral, afastando a doutrina irregular até então vigente, possibilitando novos avanços com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei n.º 8.069/90.

### 3.2 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI N.º 8.069/90

Inicialmente, destaca-se que antes da entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069, de 13 de junho de 1990, vigorava no Brasil o Código de Menores, Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979, que tinha como fundamento a doutrina da situação irregular, a qual entendia ser apenas sujeitos de direito ou merecedores de consideração judicial os menores em situação de irregularidade definida em lei,<sup>40</sup> aqueles tidos como “delinquentes ou abandonados”.

Dessa forma, tal doutrina “confunde na mesma situação irregular abandonados, maltratados, vítimas e infratores. Causa perplexidade que se considerasse em situação irregular o menino abandonado ou maltratado pelo pai, ou aquele privado de saúde ou da educação por incúria do Estado”.<sup>41</sup>

O tratamento conferido aos menores<sup>42</sup> enfatizava a discriminação de uma classe que já sofria a inferiorização cultural, concebendo a criança e o adolescente como objeto de simples assistência em um binômio carência-delinquência.

Após a promulgação da Constituição Federal do Brasil, que introduziu a doutrina da proteção integral, o ECA, com o escopo de regulamentar e dar efetividade às normas constitucionais, foi fundado com base em três pilares: a) toda criança e adolescente são sujeitos de direitos - deixam de ser objetos passivos; b) a criança e o adolescente possuem condição peculiar de pessoa em desenvolvimento,

<sup>40</sup> DÓI, Cristina Teranise; FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **A proteção integral das crianças e dos Adolescentes vítimas** (comentários ao art. 143 do ECA). Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1222.html>. Acesso em: 02 ago. 2019.

<sup>41</sup> AMARAL E SILVA, A.F. Comentários do debatedor. In: SIMONETTI, Cecília *et al* (orgs.). Do avesso ao direito. São Paulo: Malheiros/Governo do Estado de São Paulo/UNICEF, 1994. *apud* VERONESE, Josiane Rose Petry. A proteção integral da criança e do adolescente no direito brasileiro. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 79, n. 1, p. 38-54, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/38644>. Acesso em: 02 ago. 2019.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, Oris de. **Trabalho e profissionalização de adolescente**. São Paulo: LTr, 2009, p. 153. Nas lições de Oris de Oliveira “não se pode, também, ignorar o significado sociológico pejorativo reforçado pelo Código de Menores que, já no art. 1º, afirma que as normas visam à proteção do ‘menor abandonado e delinquente’. Ainda hoje na linguagem vulgar, com reiterada presença na mídia o termo ‘menor’ indica o ‘infrator’”.

sendo, portanto, sujeitos a uma legislação especial; e c) são destinatários de prioridade absoluta na garantia de seus direitos fundamentais.<sup>43</sup>

A perspectiva da proteção integral conferiu às crianças e adolescentes o “status” de sujeitos de direitos, além de abolir a discriminação legal de que só os menores irregulares deveriam ser tutelados pelo ordenamento jurídico.

Essa nova visão é estampada em todos os artigos do ECA, seja nos primeiros ao considerar criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade; ao prevê que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, aplicando-se os direitos a todos sem discriminação de nascimento, situação familiar, sexo, raça e entre outros; seja ao dispor sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

Na sequência, o legislador cuidou em regulamentar a formação técnica-profissional dos adolescentes, proibiu toda forma de trabalho noturno, perigoso, insalubre, penoso ou realizado em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, mental, moral e social,<sup>44</sup> não dando margem para qualquer tipo de trabalho infantil perigoso.

Ademais, com a adoção da nova doutrina, segundo Viviane Colucci,<sup>45</sup> a orientação das práticas para garantir e proteger a criança e adolescente foram fixada sobre os seguintes princípios:

Universalização - no sentido de que todas as crianças são sujeitos de direitos independentemente da sua condição social, a criança pobre também!

Humanização - as crianças pobres não devem ser consideradas irregulares ou anormais.

Despolicialização - criança e adolescente não são questão de polícia, criança pobre não representa um perigo social.

Desjurisdicionalização - a criança não encontra mais submetida ao poder normativo do Juiz de Menores, que editava, por meio de portarias e provimentos, normas gerais de assistência, proteção e vigilância; o Estatuto da Criança e do Adolescente fixou a competência do novo Juiz da Infância e do Adolescente no seu art. 148, de forma a impedir qualquer arbítrio.

<sup>43</sup> MACIEL, *op cit.*, p. 61.

<sup>44</sup> Art. 67 do ECA. “Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho: I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte; II - perigoso, insalubre ou penoso; III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; IV - realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola”.

<sup>45</sup> COLUCCI, Viviane. A teoria da proteção integral frente ao combate ao trabalho infantil e à regularização do trabalho do adolescente. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 79, n. 1, p. 55-65, jan./mar. 2013. A autora cita o escólio de Deodato Rivera, um dos mentores do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outros dois princípios merecem destaque por serem os grandes eixos norteadores das políticas públicas voltadas à infância e adolescência, com o fim de garantir efetividade à doutrina da proteção integral: o da descentralização<sup>46</sup> e o da participação. O primeiro tem o intento de melhor dividir as obrigações dos entes da federação<sup>47</sup> através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, enquanto o segundo se materializa com a participação popular por meio das organizações representativas, a exemplos dos conselhos municipais, estaduais e nacionais, sendo o município o executor da política de atendimento<sup>48</sup> e, portanto, o maior responsável<sup>49</sup> pela verificação do trabalho infantil perigoso.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, com base na nova doutrina, é uma grande conquista para a efetivação do ditame constitucional de proteção ao público infantojuvenil, sendo considerado uma verdadeira revolução que constrói novo paradigma, um novo modelo universal, democrático e participativo.

### 3.3 CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Em meio às irregularidades trabalhistas e ao clamor social, em 1º de maio de 1943, foi promulgado o Decreto-lei n.º 5.452 que criou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a principal fonte normativa do direito do trabalho brasileiro e o primeiro código a ter inseridas normas sobre trabalho infantil.<sup>50</sup>

Em consonância com as normas internacionais, com o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal, a CLT, após diversas alterações, disciplina o trabalho do menor de 18 anos nos art. 402 a 441, vedando em seus

<sup>46</sup> Art. 86 do ECA. “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

<sup>47</sup> MACIEL, *op. cit.*, p. 65. “[...], a nova lei previu um conjunto de medidas governamentais aos três entes federativos, por meio de políticas e programas de assistência social, serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos e abuso, e proteção jurídico-social por entidades da sociedade civil.

<sup>48</sup> Art. 88 do ECA. “São diretrizes da política de atendimento: I - municipalização do atendimento; II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais; III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa; [...]”.

<sup>49</sup> MACIEL, *op. cit.*, p. 65. “[...]A responsabilidade pela causa da infância ultrapassa a esfera do poder familiar e recai sobre a comunidade da criança ou do adolescente e sobre o poder público, principalmente o municipal, executor da política de atendimento, de acordo com o art. 88, I, do ECA”.

<sup>50</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 85.

artigos 404 e 405 o trabalho noturno, em locais e serviços perigosos ou insalubres e em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade, estabelecendo no seu próprio texto os conceitos de atividades insalubres e perigosas, *in verbis*:

Art.189 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

Contudo, segundo Oris de oliveira,<sup>51</sup> o termo perigoso é bem mais amplo ao se tratar do público infantojuvenil, considerando-se perigosa qualquer atividade que ponha em risco a segurança, ocasionando acidentes de trabalho, por exemplo.

Além disso, é importante ressaltar que os parâmetros adotados para definir o grau de insalubridade, periculosidade e penosidade<sup>52</sup> são diferentes para adultos, crianças e adolescentes, já que estes últimos possuem um organismo mais susceptível aos efeitos nocivos.

Quanto aos trabalhos prejudiciais à moralidade o art. 405, §3º, da CLT define como: a) os prestados de qualquer modo, em teatros de revista, cinema, boates, cassinos, cabarés e outros estabelecimentos análogos; b) em empresas circenses, como acróbata, saltimbanco ginasta e entre outros; c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam prejudicar sua formação moral e; d) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas; havendo exceções para alínea “a” e “b”, conforme o art. 406. Tal definição foi abarcada pelo Lista TIP do Decreto n.º 6.481/08.

A CLT prevê, também, a possibilidade de rescisão indireta do contrato de trabalho sempre que for verificada pela autoridade competente que o trabalho executado pelo menor está sendo prejudicial a sua saúde, ao desenvolvimento físico e moral, e a empresa não tomar as medidas cabíveis para a mudança de função

<sup>51</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 178.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 179. “O bom senso está a dizer que é penoso o trabalho que implica desgaste físico e psíquico acima de uma média razoável”.



(art. 407 e parágrafo único), bem como a obrigação dos responsáveis e empregadores de adotarem medidas para que o desempenho escolar do menor não seja prejudicado.

Assim, qualquer trabalho (noturno, insalubre, perigoso e penoso) que confine e impossibilite uma convivência normal, afetando negativamente qualquer das matérias que integram a saúde ocupacional, cerceando os meios recreativos, esportivos e escolares necessários para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente é eminentemente proibido.<sup>53</sup>

### 3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O avanço da legislação nacional e um olhar internacional mais preocupado com a proteção da criança e do adolescente, principalmente, em relação ao trabalho infantil, exigia do Estado Democrático de Direito medidas públicas voltadas para erradicação de toda forma de exploração infantojuvenil.

A lei, por si, não era capaz de combater e efetivar os direitos fundamentais garantidos à criança e ao adolescente, sendo necessária a implementação de políticas públicas para a mudança da realidade social vivida no Brasil a séculos.

As políticas públicas como atuação do Estado surgem em meio à necessidade de garantir direitos fundamentais sociais como educação, lazer e saúde, principalmente, quando as vítimas são hipervulneráveis, não possuindo nenhuma condição de se defender da exploração.

O novo modelo de Estado<sup>54</sup> tem um papel preponderante na garantia desses direitos, pois é seu dever constitucional assegurá-los, além de deter o poder de intervir, inclusive no âmbito econômico, para a execução dessas políticas.<sup>55</sup>

Contudo, não se deve excluir a participação social. Apesar de referir-se à esfera pública e às questões coletivas, a sociedade civil também possui uma grande responsabilidade em sua implementação e execução, como bem dispõe o artigo 86 do ECA: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á

---

<sup>53</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 179.

<sup>54</sup> Refere-se a um Estado intervencionista que deve prestar serviços à sociedade, garantido os direitos de primeira, segunda e terceira geração.

<sup>55</sup> CUSTÓDIO, A. V; REIS, S. S. **Trabalho Infantil nos meios de comunicação**: o espetáculo da violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017, p. 193. Disponível em: [http://www.unisc.br/editora/?id\\_livro=460](http://www.unisc.br/editora/?id_livro=460). Acesso em: 02 ago. 2019.

através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”. Assim, elas dependem da união de forças entre os entes da federação, da sociedade civil e do setor privado, já que segundo a sua definição é:

*una serie de decisiones o de acciones, intencionalmente coherentes, tomadas por diferentes actores, públicos y a veces no públicos - cuyos recursos, nexos institucionales e intereses varían - a fin de resolver de manera puntual um problema politicamente definido como colectivo. Este conjunto de decisiones y acciones da lugar a actos formales, con un grado de obligatoriedad variable, tendentes a modificar la conducta de grupos sociales que, se supone, originaron el problema colectivo a resolver (grupos-objetivo), en el interés de grupos sociales que padecen los afectos negativos del problema en cuestión (beneficiarios finales).*<sup>56</sup>

Nessa perspectiva, em 1992, o Brasil aderiu ao *International Program of Elimination Child Labour* – IPEC,<sup>57</sup> que introduziu o tema da erradicação do trabalho infantil no cenário das políticas públicas nacionais, proporcionando uma ampla mobilização de todos os parceiros interessados na luta, além de reforçar a capacidade do país para lidar com o problema.<sup>58</sup>

“O IPEC funciona em três linhas de ação nos seus programas: prevenção, afastamento e proteção,”<sup>59</sup> a partir da análise da situação do país, da assistência para a elaboração e operacionalização de uma política nacional de luta contra o trabalho infantil, sendo no Brasil desenvolvida e coordenada com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, apoiando às organizações existentes, implementando programas de ação direta, promovendo articulações político-institucionais, dentre outras atividades.<sup>60</sup>

<sup>56</sup> SUBIRATS, Joan et al. Análisis y gestión de políticas públicas. Barcelona: Planeta, 2012. *apud* CUSTÓDIO, A. V; REIS, S. S. **Trabalho Infantil nos meios de comunicação**: o espetáculo da violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017, p. 193. Disponível em: [http://www.unisc.br/editora/?id\\_livro=460](http://www.unisc.br/editora/?id_livro=460). Acesso em: 02 ago. 2019.

<sup>57</sup> O IPEC é o maior programa de cooperação técnica da OIT, atuando atualmente em 88 países. A sua mobilização é fundamental no alcance de parceiros para a erradicação do trabalho infantil, envolvendo governos, organizações de trabalhadores e empregadores, entidades do poder público, empresas privadas, ONGs, agências internacionais e entre outros.

<sup>58</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 169.

<sup>59</sup> OIT. **O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance**. Genebra: OIT, 2006. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS\\_233639/lang-pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_233639/lang-pt/index.htm). Acesso em: 03 de ago. 2019.

<sup>60</sup> OIT. **Sobre o Ipec**. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS\\_565238/lang-pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS_565238/lang-pt/index.htm). Acesso em: 02 de ago. 2019.

Em 1994, o Brasil deu outro passo importante ao criar o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), com o apoio da OIT e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Esse fórum é uma instância autônoma de controle social envolvida com as políticas e programas de prevenção e erradicação da exploração infantil, possuindo dentre os seus objetivos a busca pelo compromisso do governo e da sociedade civil no cumprimento da legislação vigente; a promoção da reflexão e da discussão sobre o tema, para propor estratégias de enfrentamento; e a contribuição na elaboração de políticas públicas e no cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.<sup>61</sup>

Outro protagonista importante nessa luta foi criado em 2002, qual seja, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI),<sup>62</sup> que visa à implementação das disposições das Convenções n.º 138 e n.º 182 da OIT, elaborando propostas para a regulamentação e adequação legislativa de ambas, além de verificar a conformidade das convenções com outros diplomas legais.<sup>63</sup>

Além disso, é a responsável pela elaboração do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente e por propor mecanismos para o monitoramento da aplicação dos dispositivos da convenção sobre Piores Formas de Trabalho Infantil.<sup>64</sup>

Nesse cenário, vários programas governamentais e não governamentais foram desenvolvidos com o objetivo de prevenir e erradicar toda forma de trabalho infantil perigoso ou não, com o foco voltado para a transferência de renda, já que a pobreza é considerada por muitos estudiosos como o principal fator do trabalho infantil, não havendo, portanto, uma preocupação maior com a questão cultural, a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa Bolsa Família.

---

<sup>61</sup> FNPETI. O que é o fórum. Disponível em: <https://fnpeti.org.br/oqueeoforum>. Acesso em: 03 ago. 2019.

<sup>62</sup> Atualmente o CONAETI pertence ao Ministério da Economia, mas foi instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

<sup>63</sup> Mais informações sobre o CONAETI podem ser obtidas no site: <http://trabalho.gov.br/fiscalizacao-combate-trabalho-infantil/comissao-nacional-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-conaeti>

<sup>64</sup> No âmbito do CONAETI foi criada a subcomissão responsável para análise e definição das Piores Formas de Trabalho Infantil, a qual propôs o texto que originou o Decreto n. 6.481/08, que define a lista TIP.

### 3.4.1 Programa de erradicação do trabalho infantil – PETI

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, considerado um dos mais importantes programas de transferência de renda do governo, foi criado, em 1996, para eliminar o trabalho infantojuvenil das carvoarias da região de Três Lagoas (MS), se expandindo, posteriormente, para combater os trabalhos realizados nos canaviais de Pernambuco, na cultura do sisal da Bahia, nas pedreiras de Sergipe e no garimpo de Rondônia, até alcançar todos os estados brasileiros.

O PETI foi oficializado pelo governo em 2000, através da Portaria n.º 2.917, de 12 de setembro, possuindo como objetivo geral a erradicação do trabalho infantil nas atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes, e como objetivos específicos a implementação de atividade complementares a escola; a viabilização ao acesso, a permanência e ao bom desempenho de crianças e adolescentes na escola; a concessão mensal de uma complementação da renda familiar; o apoio e orientação às famílias beneficiadas pelo programa; e a promoção de programas e projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda junto às famílias. Assim, segundo a OIT<sup>65</sup> o PETI é:

um programa de transferência direta de renda do governo federal para famílias de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce, cujo objetivo é erradicar as piores formas de trabalho infantil no país, aquelas consideradas perigosas, penosas insalubres ou degradantes. Para isso, o PETI concede uma bolsa às famílias desses meninos e meninas em substituição à renda que traziam para casa. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los frequentar a jornada ampliada.

É perceptível que o PETI foi criado com um olhar voltado para as questões econômicas das famílias, com poucas modificações ao longo dos anos. De fato, a renda familiar interfere no quadro do trabalho infantil, mas não pode ser considerada como o único principal fator dessa prática nefasta.

Em 2005, com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), “o enfrentamento ao trabalho infantil, no âmbito da assistência social,

---

<sup>65</sup> OIT-IPEC. **Legislação comparada sobre o trabalho de criança e adolescentes nos países do Mercosul**. Brasília: OIT, 2006.

coordenado pelo PETI, passa a ser potencializado em ações permanentes e fundamentais presentes na rede socioassistencial”.<sup>66</sup>

No mesmo ano ocorreu a integração do PETI ao Programa Bolsa Família,<sup>67</sup> regulada pela Portaria GM/MDS n.º 666, de 28 de dezembro de 2005, o que racionaliza e aprimora a gestão da transferência de renda, incrementa a intersetorialidade e a potencialidade das ações do Governo, evitando a fragmentação e a superposição de esforços e recursos.

Em 2011, o PETI passa a integrar legalmente o SUAS a partir do disposto no art. 24-C<sup>68</sup> da Lei n.º 12.435/11, sendo introduzido, portanto, na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Já a partir de 2013 começam as discussões sobre o redesenho do PETI, após o Censo do IBGE 2010 e dos avanços nas políticas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, pois segundo o Censo houve uma redução do trabalho infantil nos setores formalizados, contudo, a incidência desse trabalho nos setores informalizados necessitava de maior atenção. Ou seja, o trabalho infantil se concentra, atualmente, nas piores formas.

Considerando esse contexto, o Redesenho do PETI está voltado para Ações Estratégicas de enfrentamento ao trabalho infantil, prevê cofinanciamento para os estados e municípios executarem as ações e aprimorar as ações de transferência de renda e o trabalho social com as crianças, adolescentes e suas famílias.

As Ações Estratégicas são estruturadas em cinco eixos: 1. Informação e mobilização - como objetivo de propiciar o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação; 2. Identificação - todas as crianças e adolescentes que executam atividades laborais; 3. Proteção - para a criança, adolescente e sua família; 4. Defesa e Responsabilidade - a partir do apoio e do acompanhamento; e 5. Monitoramento - das ações do PETI.<sup>69</sup>

---

<sup>66</sup> BRASIL. **Perguntas e respostas:** o redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. 2014. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS\\_233639/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_233639/lang--pt/index.htm). Acesso em: 04 ago. 2019.

<sup>67</sup> Outros programas do Governo também foram integrados ao Bolsa Família (PBF), a exemplo do Bolsa Escola e Bolsa Alimentação.

<sup>68</sup> “Art. 24-C. Fica instituído o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do Suas, compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho”.

<sup>69</sup> BRASIL, *op. cit.*, p.7.

Desses cinco eixos, conforme expõe a Resolução n.º 08, de 18 de abril de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, um possui ações voltadas para a conscientização sobre o trabalho infantil, *in verbis*:

Art. 5º O eixo de informação e mobilização nos territórios propiciará o desenvolvimento de ações de:

I - sensibilização dos diversos atores e segmentos sociais constituídos que são afetos a desenvolver ações de erradicação do trabalho infantil;

II - mobilização social dos agentes públicos, movimentos sociais, centrais sindicais, federações, associações e cooperativas de trabalhadores e empregadores para as ações de erradicação do trabalho infantil;

III - realização de campanhas voltadas principalmente para difundir os agravos relacionais e de saúde no desenvolvimento de crianças e adolescente sujeitas ao trabalho infantil, considerando as principais ocupações identificadas;

IV - apoio e acompanhamento da realização de audiências públicas promovidas pelo Ministério Público para firmar compromissos para com a finalidade de erradicar o trabalho infantil nos territórios.

Ademais, foi reordenada a oferta dos serviços socioeducativos com a ampliação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV),<sup>70</sup> passando-se a atender o público do PETI com outros públicos, com o intuito de fortalecer os laços familiares e comunitários.

No entanto, embora exista essa nova estruturação o PETI não proporciona os resultados almejados, principalmente pelo fato de muitos municípios não terem sido contemplados com o cofinanciamento, além deste ter sido pactuado apenas entre os anos de 2013 a 2018, sem novas perspectivas para o futuro.

### 3.4.2 Programa Bolsa Família - PBF

O Programa Bolsa Família (PBF), criado pela Lei n.º 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004, é considerado o maior programa de transferência de renda destinado às famílias em situações de pobreza e de extrema pobreza.<sup>71</sup>

<sup>70</sup> Segundo a Cartilha Perguntas e Respostas: o Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: “esse serviço realiza uma intervenção social articulada ao Serviço de Atenção Integrada a Família (PAIF) e ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), com vistas a complementar o trabalho social com famílias, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários por meio da convivência”.

<sup>71</sup> Para a definição de extrema pobreza e pobreza o governo utilizou de um limite de renda. Assim, todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) estão na faixa de extrema pobreza, já as famílias com renda entre R\$ 89,01 (oitenta e nove reais e um centavos) e R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) então na faixa de pobreza, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

Em contrapartida, as famílias têm que participar de programas de educação alimentar, no caso de inclusão de nutrízes; manter em dia o cartão de vacinação das crianças de 0 a 7 anos; garantir a frequência mínima de no mínimo 85% na escola, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75%, para adolescentes de 16 e 17 anos; dentre outros.<sup>72</sup>

O seu objetivo é garantir os direitos fundamentais sociais às famílias, combatendo a fome e promovendo a segurança alimentar nutricional, principalmente para as crianças e adolescentes; promover o acesso aos serviços públicos, como saúde, educação e assistência social; e combater a pobreza e outras formas de privação das famílias, foco do programa e objetivo de longo prazo.

Nesse contexto, a erradicação do trabalho infantil não parece ser uma preocupação, de início, para o programa, ficando em plano subsidiário, já que o objetivo é a eliminação da pobreza garantindo às famílias beneficiadas o aumento do nível de escolaridade e condições de saúde.

Não obstante, segundo a literatura, mesmo não havendo uma política direcionada para a erradicação do trabalho infantil, esse alvo é atingido como consequência da diminuição da pobreza e da garantia de acesso aos direitos sociais.

Ademais, com a integração do PETI ao PBF, em 2005, como já mencionado, o PBF ampliou a sua visão para esse sério problema, objetivando a inclusão de todas as famílias no CadÚnico;<sup>73</sup> a ampliação da cobertura do atendimento do PETI, com a inclusão de crianças menores; e a extensão de ações socioeducativas e de convivência do PETI para as crianças do PBF que executam atividades laborais.

Tal integração suscitou questionamentos acerca da eficiência no combate ao trabalho infantil, pois para Rua<sup>74</sup> a união dos programas aumentou o número de famílias atendidas. No entanto, não houve aumento no valor do benefício, além de não contribuir com a execução dos objetivos e metas de combate, facilitando a

---

<sup>72</sup> CAIXA. **Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 04 ago. 2019.

<sup>73</sup> É um Cadastro Único para Programas sociais do Governo, servindo como instrumento de identificação e caracterização socioeconômicas das famílias de baixa renda para seleção de beneficiários e a integração dessas pessoas a programas sociais do governo.

<sup>74</sup> ARAÚJO, Aracy Alves de; GOMES, Marília Fernandes Maciel; LIMA, João Eustáquio. Influência do Programa Bolsa Família na redução do trabalho infantil: evidências para o Nordeste brasileiro. **Revista de economia**, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 33-45, jul-set., 2014. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/viewFile/117/96>. Acesso em: 05 ago. 2019.

evasão das famílias, como bem dispõe Madeira<sup>75</sup> ao analisar o PETI no município de João Pessoa:

Para a Coordenação municipal, a integração PETI-PBF gerou uma evasão no Programa, sendo um dos fatores que dificultam o cumprimento da meta de atendimento. Isto ocorre porque grande parte dos usuários do programa PETI ao migrar para o Bolsa Família teve o valor do benefício reduzido. Com a redução do benefício, o incentivo para permanecer ao programa diminui, pois, conforme a Coordenação, a verdadeira razão para muitas famílias participarem do Programa é o recebimento da bolsa, e não, a retirada dos filhos do trabalho.

Essa redução ocorreu, segundo a Avaliação da Integração do PETI ao PBF,<sup>76</sup> pelo fato de só as famílias com renda per capita de até R\$ 60,00 (sessenta reais) terem vantagens na transferência, se fossem residentes em zona rural ou município com menos de 250 mil habitantes, recebesse a soma do benefício fixo com o benefício variável;<sup>77</sup> tivesse até três crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil.

Outro ponto negativo na integração via CadÚnico, muito criticado à época, segundo avaliação supracitada, diz respeito ao registro da existência de trabalho infantil, uma vez que o cadastro é de responsabilidade dos municípios, mediante o preenchimento de um questionário aplicado por um entrevistador, o qual possuía três tipos de instrumentos referentes à identificação do domicílio e da família, mas em nenhum existia perguntas sobre a existência de crianças e adolescentes em trabalho infantil.

Assim, muitas famílias recebiam o benefício e mantinham os filhos na execução de trabalhos laborais, enquanto os dados apontados pelo governo mostravam uma falsa realidade do verdadeiro quadro.

---

<sup>75</sup> MADEIRA, Maria C.C. **Trabalho infantil e Política pública**: uma avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no município de João Pessoa. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5031>. Acesso em: 05 ago. 2019.

<sup>76</sup> RUA, Maria das Graças. Avaliação da Integração do Programa de Erradicação ao Trabalho infantil ao Programa Bolsa Família. **Revista do Serviço Público**, Brasília, p. 417-450 Out/Dez. 2007. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/182/187>. Acesso em: 06 ago. 2019.

<sup>77</sup> CAIXA. Bolsa Família. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 05 ago. 2019. O benefício fixo (básico) é concedido às famílias em situação de extrema pobreza (atualmente corresponde à renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa), sendo o auxílio de R\$ 89,00. Já o benefício variável é destinado às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que tenham em sua composição gestantes, nutrízes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 15 anos. O valor de cada benefício é de R\$ 41,00 e cada família pode acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R\$ 205,00.



Esses instrumentos só foram retificados em 2011, anos após a integração do PETI ao PBF, com o campo 8 e 10 específicos para a identificação do trabalho infantil.

Apesar disso, não havia uma lista das atividades exercidas, impossibilitando uma análise concreta. Atualmente, os formulários<sup>78</sup> apresentam o campo 10 específico para o trabalho infantil, mas continuam não disponibilizando a lista de atividades exercidas pelas crianças e adolescentes.

Mesmo com os fatores negativos, é inegável que a integração do PETI ao PBF ampliou o acesso às famílias que possuem trabalho infantil. Como demonstram as pesquisas realizadas, o número de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em atividades laborais caiu de 5,1, para 2,7 milhões entre 2005 e 2015, com reduções bastante significativas nos Estados com maior índice de famílias atendidas pelo programa.<sup>79</sup>

Todavia, no mesmo ano o Brasil não conseguiu atingir a meta de erradicar as piores formas de trabalho infantil, como havia se comprometido com organismos internacionais e nacionais, isto é, a redução é insatisfatória, os passos estão em ritmo lento e as políticas públicas de transferência de renda precisam melhorar, já que o trabalho infantil é um problema multifacetado.

### 3.5 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O TRABALHO INFANTIL

Ao se abordar o assunto trabalho infantil, percebe-se que a literatura é vasta no estudo dessa questão, buscando sempre identificar e diagnosticar as causas dessa prática nefasta.

Nesse sentido, em análise realizada em alguns países, percebeu-se que na Bolívia o trabalho infantil acontece em todas as classes econômicas, com maior probabilidade nas famílias que possuem a mulher como chefe e as crianças são do

---

<sup>78</sup> Os formulários são divididos em: Formulário Principal de Cadastramento; Avulso 1- identificação do domicílio e da criança; Avulso 2 - identificação da pessoa; Suplementar 1 - vinculação a programas e serviços; e Suplementar 2 - pessoa em situação de rua. Os únicos que não possuem campo específico para o trabalho infantil são o Avulso 2 e o Suplementar 2.

<sup>79</sup> "Por mais bolsa e menos trabalho infantil. **Rede peteca**: chega de trabalho infantil. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/colunas/por-mais-bolsa-familia-e-menos-trabalho-infantil/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

sexo masculino com idade mais avançada; já na Venezuela, em famílias com o mesmo quadro, o fator renda é o grande influenciador<sup>80</sup>.

No Brasil, vários são os fatores apontados como influenciadores do trabalho infantil: a pobreza, a falta de escolaridade dos pais, a estrutura familiar, o sexo do chefe, o tamanho da família, local de residência, a idade em que os pais começaram a trabalhar, a cultura e entre outros. Ou seja, o trabalho infantil não é unicausal, ao contrário, possui várias causas - macro e microeconômicas - que estão interligadas entre si.

O modelo macroeconômico, segundo Oris de Oliveira,<sup>81</sup> é a causa mais forte, pois existe há séculos na sociedade, não sendo criação do capitalismo, mas desde a sua implementação vem tomando proporções avassaladoras, dele se servindo. Já em nível microeconômico as causas são sociais, culturais e políticas.

Dentre os fatores microeconômicos a pobreza é considerada a maior condicionante, e ao mesmo tempo a mais controversa, sendo inegável o seu efeito na sociedade, pois, geralmente, filhos de pessoas com maior aquisição econômica não trabalham, ao passo que muitas crianças e adolescentes são levadas ao trabalho precoce para complementar a renda familiar, quando não sustentam por completo à família nas camadas mais pobres.

Estudos constataam que o aumento da renda familiar corrobora com a redução do trabalho infantil e com o aumento do índice educacional, o que também pode ser verificado em análise macroeconômica de países com maior desenvolvimento socioeconômico.<sup>82</sup>

Entretanto, também há estudos empíricos que comprovam que famílias com rendas altas utilizam-se da mão de obra dos seus filhos menores. Foi o que identificou o estudo realizado Bhalotra e Heady<sup>83</sup> na área rural de Gana e do

---

<sup>80</sup> ARAÚJO, Aracy Alves de; GOMES, Marília Fernandes Maciel; LIMA, João Eustáquio. Influência do Programa Bolsa Família na redução do trabalho infantil: evidências para o Nordeste brasileiro. **Revista de economia**, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 33-45, jul-set., 2014. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/viewFile/117/96>. Acesso em: 05 ago. 2019.

<sup>81</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 170.

<sup>82</sup> KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil. **Nova Economia**. Belo Horizonte, vol. 17, n. 2, mai/ago. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512007000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512007000200005). Acesso em: 04 ago. 2019. Para Kassouf: "Tanto na China, como na Tailândia e na Índia, o crescimento do produto interno bruto foi acompanhado pelo declínio do trabalho infantil. Dados em painel, coletados no Vietnã, mostram que, de 1993 a 1998, houve um crescimento per capita do PIB de 6,5% ao ano, e o trabalho de crianças de 5 a 15 anos, nesse período, caiu 26%".

<sup>83</sup> BHALOTRA, S.; HEADY, C. Child farm labor: the wealth paradox. *The World Bank Economic Review*, v. 17, n. 2, 2003. *apud* KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil.

Paquistão, ao mostrar que famílias proprietárias de grandes áreas rurais aumentavam a exploração da força de trabalho das suas crianças e adolescentes.

A mesma controvérsia foi descrita por Vieira<sup>84</sup> em análise dos dados do Pnad 2007:

Por exemplo, em 2007, a Pnad identificou que, na faixa etária de 10 a 15 anos, considerando o nível de riqueza (renda familiar), a taxa de trabalho infantil entre os 20% mais ricos é 5,73% e entre os 20% mais pobres a taxa chega a 13,63%, ou seja, se observarmos a Tabela 1.2 logo abaixo, podemos perceber, à medida que diminui a renda familiar, o aumento do trabalho infantil, contudo, ele, de alguma forma, está presente em todos os quintos de renda definidos pelo IBGE e não só nas famílias pobres.

Dessa forma, mesmo que o fator pobreza seja preponderante na escolha das famílias em utilizar-se da força infantojuvenil, não pode ser considerado como o determinante dessa escolha.

Aliada à pobreza, a estrutura do mercado de trabalho tem uma grande participação na utilização da mão de obra infantil, desde a era escravista, com seu apogeu no período industrial do país. O mercado formal e informal, ainda, é favorável a tal exploração, uma vez que encontra mão de obra barata e de fácil manipulação, principalmente em momentos de crise econômica.

Outra causa que chama atenção é o nível de escolaridades dos pais: quanto mais instrução estes tiverem menor a probabilidade de trabalho infantil.

Nessa mesma linha, segundo o Pnad contínua de 2016, percebe-se que quando a variável é o nível de instrução das mulheres responsáveis pelos domicílios de crianças de 5 a 17 anos, a ocupação das crianças se concentra nos níveis mais elementares de instrução das mulheres, enquanto para as não ocupadas à situação é invertida,<sup>85</sup> como se observa no gráfico abaixo.

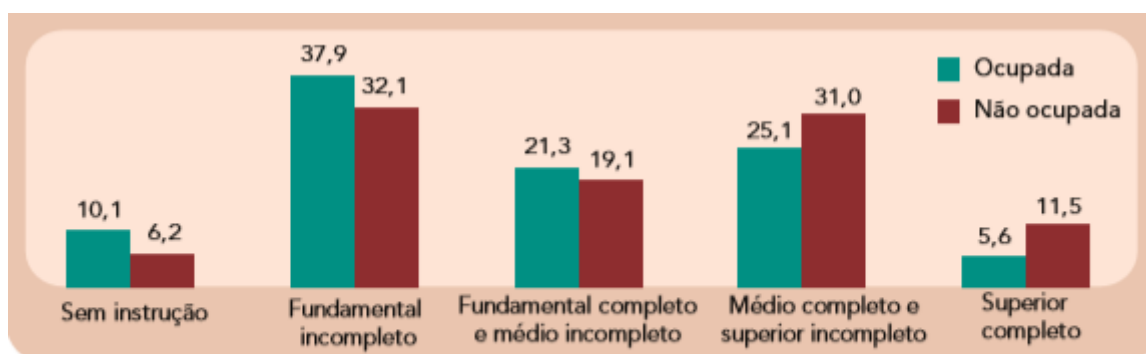
---

**Nova Economia.** Belo Horizonte, vol. 17, n. 2, mai/ago. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512007000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512007000200005). Acesso em: 04 ago. 2019.

<sup>84</sup> VIEIRA, Marcia Guedes. **Trabalho infantil no Brasil:** questões culturais e políticas públicas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UNB: Brasília, 2009. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4415/1/2009\\_MarciaGuedesVieira.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4415/1/2009_MarciaGuedesVieira.pdf). Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>85</sup> IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua.** 2017. ISBN 978-85-240-4435-9. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf). Acesso em: 04 ago. 2019.

Figura 1 Nível de instrução das mulheres responsáveis pelo domicílio com crianças de 5 a 17 anos de idade, por situação de ocupação da criança (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Ademais, a participação precoce dos pais no mercado de trabalho propicia maiores chances das crianças trabalharem, pois é algo natural para a família o trabalho nas primeiras idades da vida; bem como nas famílias chefiados por trabalhadores autônomos<sup>86</sup> que consideram a atividade laboral dos filhos como uma ajuda para o sustento da casa.

A composição familiar também é considerada, quanto maior a família maior a incidência de trabalho infantil e se for em zona rural a probabilidade aumenta, tendo em vista que há maior absorção das crianças nos trabalhos informais, sendo estes considerados em pleno vigor físico na tenra idade; a estrutura escolar não é adequada e atrativa, aumentando o número de evasão; e o nível de informação e conscientização da comunidade é menor.

Todos esses fatores, em conjunto com o elemento cultural, que será discutido no próximo capítulo, e a ineficácia das políticas públicas são, atualmente, os determinantes do trabalho infantil, não sendo possível, portanto, considerar a pobreza como o fator principal, já que, como visto anteriormente, famílias pobres ou não podem ter a sua incidência.

<sup>86</sup> TATEI, Fábio; CACCIAMALI, Maria Cristina; BATISTA, Natália Ferreira. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, mai/ago. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482010000200003#nota37](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482010000200003#nota37). Acesso em: 04 ago. 2019.

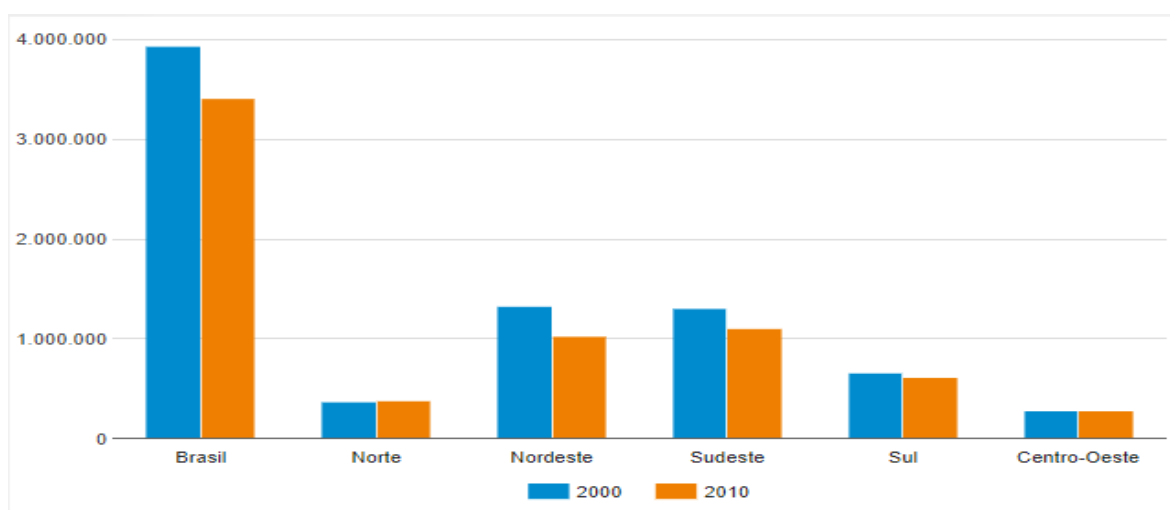
#### 4 A CULTURA DE ACEITAÇÃO E O TRABALHO INFANTIL EM ABATEDOUROS DA PARAÍBA

Em análise dos dados sobre trabalho infantil no Brasil, percebe-se que houve uma redução nos últimos anos. É o que aponta os dados do Censo IBGE de 2010.

Segundo esse censo, em 2000, havia 3.935.495 crianças e adolescentes de 10 a 17 anos ocupadas, já no ano de 2010 o número constatado foi de 3.406.514, uma redução de quase 530 mil crianças e adolescentes, correspondendo a um modesto declínio de 13,4%. Entretanto, o mesmo censo identificou um aumento de 1,5% na faixa mais vulnerável - de 10 a 13 anos.

Na análise das regiões os dados são mais chocantes, pois a única região em que todos os Estados tiveram redução foi o Nordeste com 14,96% entre crianças de 10 a 13 anos de idade, e 23,28% entre crianças de 10 a 17 anos, mesmo apresentando 30% do total de crianças e adolescentes que trabalham no país. As demais regiões tiveram uma queda pouco significativa entre as crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, com exceção da região Norte, como pode ser observado no gráfico abaixo.<sup>87</sup>

Figura 2 - Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões – 2000/2010



<sup>87</sup> GALVANI, Maria Denise. **Velho problema, novos desafios:** redução da pobreza inaugura segunda fase do combate ao trabalho infantil. Ministério público do Paraná. 2012. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/2012/10/11290,37/#infografico>. Acesso em: 08 ago. 2019. Nos Estados no Norte e do Centro-Oeste o aumento é de mais de 25% para a faixa de 10 a 13 anos. Ressaltando que, na faixa de 10 a 17 anos, o único estado que não apresentou aumento da região Norte foi o de Rondônia.

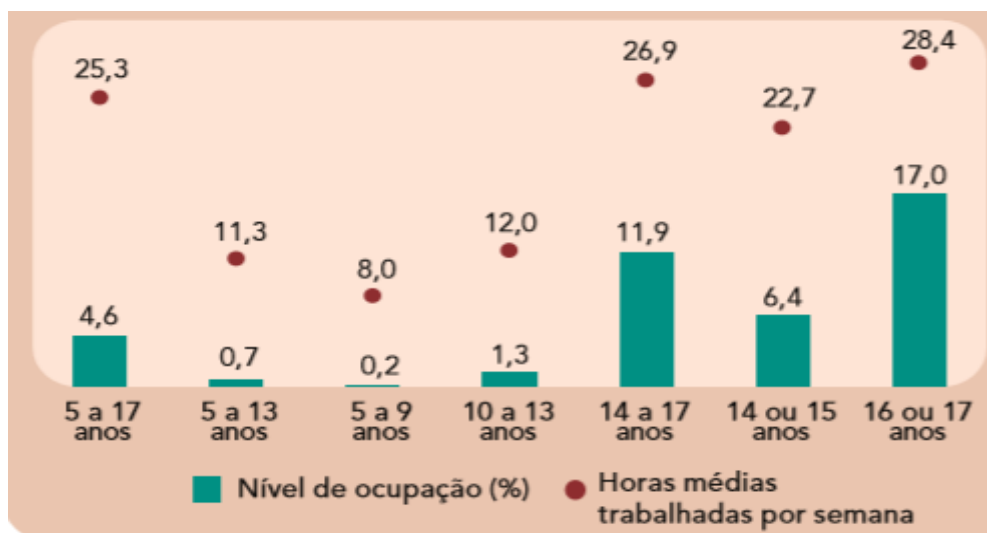
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2010.

Como o Censo 2010 do IBGE abarcou apenas a faixa etária de 10 a 17 anos, os dados, por mais que sejam alarmantes, estavam longe da realidade. Foi o que detectou o PNAD/IBGE de 2011.

Segundo tal pesquisa, em 2011, havia 3,6 milhões de crianças de 5 a 17 anos em exploração infantil, o que correspondia a 8,6% da população dessa idade, sendo 89 mil de 5 a 9 anos e 615 mil de 10 a 13 anos, nas faixas em que qualquer tipo de trabalho, perigoso ou não é proibido. Já os jovens, em sua grande maioria, executavam atividades perigosas, não estando na condição de aprendiz.<sup>88</sup>

O PNAD Contínua sobre o trabalho infantil realizado em 2016 aponta um novo panorama desse quadro, pois de um total de 40,1 milhões de crianças de 5 a 17 anos, 1,8 estava ocupada na semana da pesquisa, correspondendo a 4,6% do total. Em dados mais específicos são aproximadamente 30 mil crianças de 5 a 9 anos (0,2%), 160 mil de 10 a 13 anos (1,3%), 6,4% de 14 ou 15 anos e 17,0% de 16 ou 17 anos, como mostra o gráfico a seguir:<sup>89</sup>

Figura 3 - Nível de ocupação das pessoas de 5 a 17 anos e horas médias trabalhadas, segundo os grupos de idade



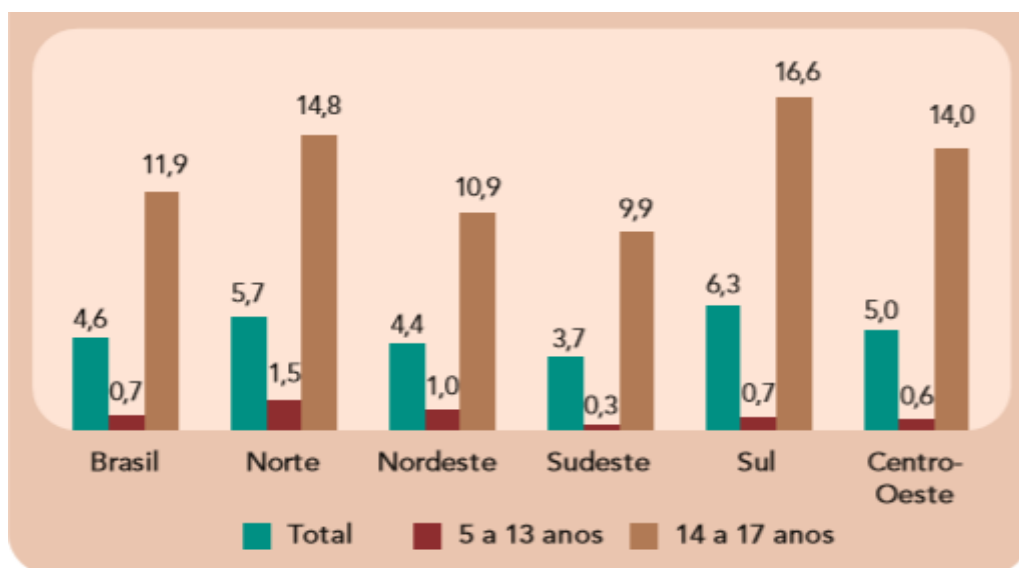
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> PNAD contínua 2016: Brasil tem, pelo menos, 998 mil crianças trabalhando em desacordo com a legislação. **Agência IBGE**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18383-pnad-continua-2016-brasil-tem-pelo-menos-998-mil-criancas-trabalhando-em-desacordo-com-a-legislacao>. Acesso em: 22 jul. 2019.

Na análise das regiões, de acordo com a pesquisa de 2016, a Região Norte continua na UTI, com a maior proporção de crianças de 5 a 13 anos em atividades laborais, isto é, são aproximadamente 47 mil crianças, o equivalente a 1,5%, seguida pela Região Nordeste, com aproximadamente 79 mil crianças que corresponde a 1,0%. Por outro lado, a maior porcentagem entre as crianças de 14 a 17 anos, encontra-se na Região Sul, representando 16,6% da população dessa faixa etária.

Figura 4 - Nível de ocupação das pessoas de 5 a 17anos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

A redução do trabalho infantil no Brasil, de acordo com os dados apresentados, é algo inegável, mas também não se pode negar que há muito o que se fazer para alcançar a sua erradicação. Os passos, ainda, são muito lentos diante de uma longa caminhada, principalmente no que diz respeito às atividades de difícil fiscalização, as que se escondem por trás do véu da naturalização, as denominadas piores formas de trabalho infantil.

#### 4.1 UMA REALIDADE ESTADUAL: TRABALHO INFANTIL EM ABATEDOUROS DA PARAÍBA

Diante do contexto já apresentado, ao longo dos anos o tema trabalho infantil vem incomodando a sociedade de forma nacional, regional e estadual, principalmente após o aumento da veiculação, na imprensa, de matérias sobre o assunto.

Dessarte, não poderia ser diferente que os olhares mais atenciosos se voltassem para o estado da Paraíba, o qual vem apresentando inúmeros casos de trabalho infantil nas suas piores formas, o que é veemente proibido pela legislação nacional e internacional ratificada pelo país.

Recentemente, em 18 de janeiro de 2018, a Paraíba tornou-se destaque nas manchetes de jornais com a morte de um adolescente de 16 anos que trabalhava em uma pedreira no bairro de Mandacaru, em João Pessoa, e caiu de uma altura de aproximadamente 20 metros. Outra notícia alarmante foi a divulgação da denúncia de trabalho infantil em abatedouros da Paraíba,<sup>90</sup> sem falar nos últimos dados do *ranking* dos estados com os maiores índices dessa prática terrível.

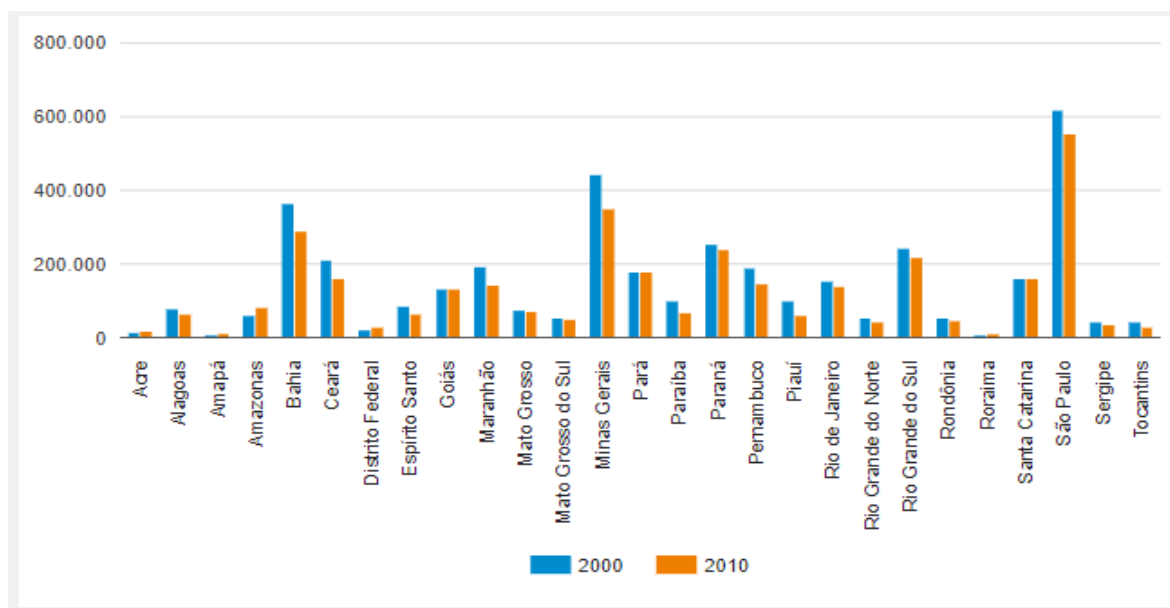
De acordo com o último censo realizado pelo IBGE, a Paraíba possuía 98.914 pessoas ocupadas de 10 a 17 anos em 2000 e 69.508 em 2010, conforme o gráfico abaixo, ocupando a 5ª posição dos estados do Nordeste com o maior índice de trabalho infantil. Em primeiro momento o resultado é positivo. Contudo, deve-se considerar que a faixa etária da pesquisa não engloba as crianças de 5 a 10 anos de idade, o que aumentaria significamente o resultado, e que a redução foi ínfima durante esse período, podendo ter alcançado um número mais expressivo.

---

<sup>90</sup> As reportagens podem ser acessadas nos seguintes links: disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/ministerio-publico-interdita-pedreira-onde-adolescente-morreu-em-joao-pessoa.ghtml> e <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/03/26/mpt-vai-investigar-denuncias-de-irregularidades-em-mais-de-70-abatedouros-da-paraiba.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2019.



Figura 5 - Pessoas de 10 a 17 anos de idades, ocupadas na semana de referência, por Unidade da Federação – 2000/2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2010.

Em 2015, o Pnad expôs a pesquisa realizada com a população ocupada entre 5 e 17 anos, levando em conta a proporção dos ocupados em relação ao total de indivíduos no mesmo grupo etário da região ou do estado. Nessa pesquisa foi detectado que a região Nordeste está na quarta posição com o percentual de 5,1%, embora se encontre acima da média nacional (5%), com 27,6%, em média, dos ocupados na faixa de 10 e 14 anos de idade, respondendo por aproximadamente um quarto das pessoas que executam atividades laborais, além de possuir, em conjunto com a região Norte, a maior concentração de pessoas em atividades laborais entre cinco e nove anos (4,3%).<sup>91</sup>

Quando a análise é feita nas proporções entre os estados, encontra-se uma média de 7% dos jovens de 5 a 17 anos trabalhando, isto é, os percentuais são mais expressivos. Nesse contexto, a Paraíba ocupa a quarta posição dos estados

<sup>91</sup> FUNDAÇÃO ABRINQ. **A criança e o adolescente nos ODS**: marco zero dos principais indicadores brasileiros ODS 4 - ODS 8. São Paulo: Fundação Abrinq, 2017. Disponível em: [https://observatoriocrianca.org.br/system/library\\_items/files/000/000/003/original/Publica%C3%A7%C3%A3o\\_A\\_Crian%C3%A7a\\_Adolescente\\_ODS48.pdf?1510662791](https://observatoriocrianca.org.br/system/library_items/files/000/000/003/original/Publica%C3%A7%C3%A3o_A_Crian%C3%A7a_Adolescente_ODS48.pdf?1510662791). Acesso em: 08 ago. 2019. “Quando analisamos a concentração dos ocupados entre cinco e 17 anos pelas regiões do país, notamos a liderança da região Sul, tendo 6,2% das crianças e adolescentes dessa região desempenhando alguma atividade, remunerada ou não. As proporções mais próximas desse valor são aquelas verificadas nas regiões Centro-Oeste (5,4%), Norte (5,3%) e Nordeste (5,1%). Essas regiões, além de manter diferença máxima de três décimos entre si, e de 1,1% em relação à região Sul, se situam acima da média nacional (5%) e nos revelam que quatro das cinco regiões brasileiras concentram mais indivíduos de cinco a 17 anos ocupados do que a proporção do país nesse indicador”.

com pior desempenho nessa faixa etária, com 6,6% dos seus filhos em trabalho infantil, o que corresponde ao menos 1 em cada 15 crianças ou adolescentes com violação dos seus direitos, como evidencia a tabela abaixo:<sup>92</sup>

Figura 6 - População de 5 a 17 anos ocupada segundo faixas etárias – estados com pior desempenho - 2015

ESTADOS	CINCO A 9 ANOS	DEZ A 14 ANOS	15 A 17 ANOS	TOTAL DE OCUPADOS ENTRE CINCO E 17 ANOS	(%) DE OCUPADOS ENTRE CINCO E 17 ANOS
Piauí	4.503	24.205	46.719	75.427	7,5
Sergipe	1.832	16.499	29.328	47.659	7,2
Rio Grande do Sul	5.134	33.747	138.884	177.765	6,9
Paraíba	4.523	30.382	39.430	74.335	6,6
Mato Grosso do Sul	2.209	6.188	37.557	45.954	6,6

Fonte: BGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Fundação Abrinq.

Não é difícil entender o porquê do estado paraibano ocupar tal posição no ranking e permanecer entre os estados de maiores índices de exploração infantil, já que em 2017, o então coordenador do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba (Fepeti) declarou que no período de 2015 a 2016 foram afetadas aproximadamente 80 mil crianças e adolescentes;<sup>93</sup> e em 2018, segundo os dados do Ministério Público do Trabalho (MPT), foram registrados 142 casos de exploração, posicionando o estado na quarta posição de maior registro de exploração do trabalho infantojuvenil, entre os estados nordestinos.<sup>94</sup>

Os registros do MPT são altamente significativos, mas se comparados a análise do atendimento nos Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS) regional e municipal, percebe-se que os números não transparecem a realidade, pois segundo essa análise, em 2018, foram registradas 200 ocorrências de trabalho infantil, totalizando 3% dos registros de violações de direitos contra a criança e adolescente no estado.<sup>95</sup>

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>93</sup> RIZEMBERG, Felipe. Trabalho infantil afetou 80 mil crianças na PB em 2 anos. **Jornal da Paraíba**. 2017. Disponível em: [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/trabalho-infantil-afetou-80-mil-criancas-na-pb-em-2-anos.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/trabalho-infantil-afetou-80-mil-criancas-na-pb-em-2-anos.html). Acesso em: 10 ago. 2019.

<sup>94</sup> PB é o 4º estado do Nordeste em casos de exploração do trabalho infantil. **Jornal da Paraíba**. 2018. Disponível em: [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/pb-e-o-4o-estado-nordeste-em-casos-de-exploracao-trabalho-infantil.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/pb-e-o-4o-estado-nordeste-em-casos-de-exploracao-trabalho-infantil.html). Acesso em: 10 ago. 2019.

<sup>95</sup> Esses dados pertencem a Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano/PB.

Os dados são preocupantes e indicam o “estado vegetativo” da Paraíba. Porém, mesmo sendo expressivos estão longe da verdadeira realidade da violação aos direitos sociais que protegem à infância.<sup>96</sup> Direitos esses estampados nas normas constitucional e infraconstitucional do país que são rasgados diante da troca de sorrisos por ferramentas.

É nesse cenário de verdadeiro cerceamento de direitos que crianças e adolescentes paraibanos perdem a essência da vida em meio à agressão das marretadas e ao andar sobre o sangue, como bem denuncia as pesquisas realizadas por estudantes do Programa de Pós-graduação em Zootecnia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Patos, e do Departamento de Medicina Veterinária do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, Sousa.

De acordo com os trabalhos desenvolvidos em visitas a 66 estabelecimentos, distribuídos em 65 municípios paraibanos, com o objetivo de avaliar as condições físicas e higiênico-sanitárias dos principais abatedouros das regiões, foram constatadas a presença de crianças no labor de 23 abatedouros, um total de 34,9% dos abatedouros visitados.<sup>97</sup> Um dado preocupante, haja vista às condições precárias de tais estabelecimentos e os riscos da atividade em si.

Assim, faz-se necessário entender o porquê de tanta violação aos direitos que foram consagrados mediante lutas, o porquê da ineficiência das normas brasileiras na proteção aqueles que são o futuro da nação.

## 4. 2 CULTURA DE ACEITAÇÃO: O VÉU DA NATURALIZAÇÃO

Nos últimos anos os estudos sobre os fatores do trabalho infantil vêm apontando para o elemento cultural como uma das causas de grande importância. “Se anteriormente a pobreza era um dos determinantes do trabalho infantil, hoje essa relação está menos clara”,<sup>98</sup> é o que se percebe de uma análise atual do

<sup>96</sup> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

<sup>97</sup> MORAIS, Dayana Firmino de et al. Condições físicas e higiênico-sanitárias dos abatedouros da Paraíba, Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária**, São Paulo, v. 24, n. 4, p.201-206, out./dez. 2017.

<sup>98</sup> GALVANI, *op. cit.* Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/2012/10/11290,37/#infografico>. Acesso em: 08 ago. 2019. Fala de Renato Mendes, coordenador do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil da OIT, ao abordar o novo perfil do trabalho infantil. Para ele houve uma mudança de motivação, estando o trabalho infantil

problema, em que uma parcela significativa de crianças e adolescentes que trabalham não convivem na linha de miséria.

De fato, não se pode negar a importância da falta de renda das famílias para o trabalho infantil, mas também não se pode negligenciar o elemento cultural “que se expressa de maneira multiforme”.<sup>99</sup> Nesse contexto, o trabalho ao longo dos anos passou a ter vários significados para as sociedades, sendo considerado por Marx<sup>100</sup> como uma atividade vital, que relaciona o homem com o homem e o homem com a natureza, numa vida produtiva consciente, gerando sociedades e relações sociais através das relações de produção.

Com essa perspectiva, mas de forma distorcida, o trabalho infantil passou a ser enxergado pela sociedade como algo positivo, como o instrumento capaz de restaurar as crianças e adolescentes, tornando-os válidos para a sociedade. Essa era a visão que se tinha no período republicano das “instituições apropriadas” de atendimento para os menores, sendo que “o resultado que se esperava desse atendimento era, portanto, a produção de ‘homens úteis e válidos’ capazes de contribuir para a ‘prosperidade da nação’”.<sup>101</sup>

A ascensão predatória do capitalismo formou uma sociedade alienada em relação ao trabalho infantil, braços pequenos em formação tornaram-se operários, afinal era “a colocação mais elevada que o ‘menor’ podia almejar”,<sup>102</sup> não havendo o que questionar diante da solução para os “desvalidos”. Essa parecia ser a mais eficaz, já que atendia à demanda da industrialização da economia e ao mesmo tempo disciplinava e regenerava o corpo e a mente dos pequenos, prevenindo a marginalização.

Esse foi o cenário da formação da sociedade atual, pais, empregadores, mídia e até as próprias crianças disseminavam a cultura de aceitação, o que dificulta até os dias atuais melhores resultados das políticas públicas de erradicação. Os discursos propagados naturalizam o trabalho infantojuvenil, principalmente para as

---

mais ligado à necessidade de inclusão social e menos à sobrevivência, o que pode ser percebido pela porcentagem (quase 40 %) de crianças e jovens que trabalham, mas não estão inseridos em famílias que vivem abaixo da linha de pobreza.

<sup>99</sup> OLIVEIRA, Oris de. **Trabalho e profissionalização de adolescente**. São Paulo: LTr, 2009.

<sup>100</sup> MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In: FLORESTAN, Fernandes (org). **K. Marx F. Engels História**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

<sup>101</sup> PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed.rev. São Paulo: Cortez, 2009.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 233.

camadas mais pobres que consideram o trabalho como formador da moral e da dignidade do homem, como bem expressa Cynthia A. Sarti:<sup>103</sup>

Mais ainda do que outras camadas sociais, para os pobres, o trabalho é a referência positiva de sua identidade social. São ‘trabalhadores’ e têm na ‘disposição de trabalhar’ o fundamento de sua auto-afirmação. Através do trabalho, mostram o que são, afirmam-se perante si e perante os outros, construindo em torno de sua atividade laboral a noção de dignidade. O trabalho, muito além de ser o instrumento essencial da sobrevivência material, constitui um valor moral. Assim, tendo como pano de fundo esta identificação do trabalho com o mundo da ordem que o torna fonte de superioridade moral - identificação presente em sua concepção do trabalho genericamente falando, é que se valoriza na família também o trabalho dos filhos.

Como o trabalho do homem e da mulher, o trabalho dos filhos faz parte do compromisso moral entre as pessoas da família. Tânia Dauster analisou este compromisso como parte de um sistema relacional de ajuda e troca dentro da família: aos pais cabe o papel de dar casa e comida, o que implica retribuições por parte dos filhos. Seu trabalho ou sua *ajuda* são, assim, uma forma de retribuição.

Tem-se, então, todo um contexto de supervalorização da exploração infantil, mesmo diante das suas consequências, as quais, na maioria das vezes, não são conhecidas, e quando são, não surtem os efeitos que deveriam devido o enraizamento cultural da sociedade, pois, “mesmo diante de tragédias como acidentes e doenças causados pelo trabalho, é comum buscar-se uma causa externa a ele, uma responsabilidade individual, da própria vítima na causação do problema”.<sup>104</sup>

Ancorados em práticas culturais e ideologias de supervalorização do trabalho, o discurso disseminado na sociedade toma como base ditos populares, a exemplo de “o trabalho enobrece o homem”, “é melhor trabalhar do que roubar”, e “trabalhando a criança aprende o ofício dos pais,” sem falar que para muitas pessoas o trabalho também pode ser receitado para a cura de muitas doenças, particularmente as mentais,<sup>105</sup> ou seja, para a maioria da população o trabalho sob qualquer condição é a solução para os problemas das mazelas sociais.

<sup>103</sup> SARTI, Cynthia A. As crianças, os jovens e o trabalho. In: **O compromisso da saúde no campo do trabalho infanto-juvenil** -uma proposta de atuação. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1999.

<sup>104</sup> LIMA, Consuelo Generoso Coelho de. Trabalho Precoce, Saúde e Desenvolvimento Mental. In: **O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física, mental, cultural e econômico**. Brasília, Ministério do Trabalho, 2002. Disponível em: [www.mte.gov.br/trab\\_infantilpub\\_541.pdf](http://www.mte.gov.br/trab_infantilpub_541.pdf). Acesso em: 10 ago. 2019.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 6.

É com esse pensamento que muitas crianças e adolescentes crescem, o que facilita o ciclo de reprodução, no qual as frases em destaque são: “trabalhei desde a minha infância e hoje estou aqui”; “o trabalho não faz mal, ele retira a preguiça”; “é melhor trabalhar do que está na rua” Tais frases terminam por relativizar situações de exploração, naturalizando condutas que afrontam os direitos da criança e do adolescente.

Ademais, ressalta-se que as famílias impulsionam a execução de atividades ao supervalorizar os filhos que trabalham, proporcionando uma sensação de autorrealização nas crianças e adolescentes, o que acarreta um esforço por parte dos pequenos para mostrar que já possuem capacidade de produção.<sup>106</sup>

Aliada à sensação de ter um *status* na família, há o prazer de possuir o seu próprio dinheiro, de ter independência financeira, de conseguir satisfazer o seu desejo de consumo. Isso denota, de acordo com Renato,<sup>107</sup> uma mudança de motivação; se “antes o jovem trabalhava para complementar a renda básica da família, hoje trabalha para ter acesso aos bens resultantes do desenvolvimento, como um celular ou uma roupa de marca”.

A necessidade de inclusão social através de bens de consumo vem afetando o quadro do trabalho infantil, que antes se acreditava estar reduzido à pobreza. Foi o que identificou Márcia Guedes Vieira<sup>108</sup> na sua pesquisa, ao analisar a situação de um menino de 11 (onze) anos, que às vezes deixava de frequentar a escola para vigiar carros em um estacionamento, e com o dinheiro que recebia do trabalho prestado comprava coisas para si.

O mesmo acontecia com outro menino aos 11 (onze) anos que saía à noite e voltava muito tarde, por estar ajudando clientes de um supermercado a levar as suas compras. Quando confrontado pelos pais, argumentou que era a forma de comprar as suas coisas, um tênis, uma roupa.

Dessa forma, a exploração infantil vai ganhando cada vez mais espaço entre as famílias, os vizinhos, os amigos e a comunidade. Não é visto como um problema uma criança carregar sacolas no supermercado, vigiar carros, adubar uma roça, cortar uma cana, matar um animal, vender balas no sinal ou cuidar de outra criança, se ela precisa do dinheiro para comprar as suas coisas ou ajudar nas

---

<sup>106</sup> VIEIRA, *op. cit.*, p. 46.

<sup>107</sup> GALVANI, *op. cit.* Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/2012/10/11290,37/#infografico>. Acesso em: 08 ago. 2019.

<sup>108</sup> VIEIRA, *op. cit.*, p. 52.

contas da família. Na verdade estas são reconhecidas como bons meninos, crianças responsáveis que se preocupam com o lar.

Certa atitude é fruto do poder simbólico do trabalho infantil, um véu que cobre a verdadeira face da violação aos direitos e garantias fundamentais, mudando a forma de avaliar a realidade, de significar, arraigar e reverberar.

Como bem coloca Bourdieu,<sup>109</sup> é um poder invisível que mantém uma ordem estabelecida interiorizada pelos indivíduos através da convivência, de forma consciente ou não. Dessa maneira, não é difícil entender os discursos que são utilizados na tentativa de justificar o trabalho precoce em uma sociedade desenvolvida em meio à pobreza, alienação, exploração e preconceitos<sup>110</sup> com os “menores”.

#### **4.2.1 A cultura de aceitação como meio de reverberação do trabalho infantil em abatedouros da Paraíba**

O Nordeste brasileiro apresenta um ambiente propício à criação de caprinos, ovinos e bovinos, o que aumenta em grande número a quantidade de abatedouros nas suas regiões.

Contudo, a maioria desses ambientes de abate estão inapropriados para o labor humano, a exemplo dos encontrados na Paraíba com péssimas condições de fiscalização, instalação e higiene, descumprindo todas as normas vigentes, proporcionando um grande risco para a saúde do trabalhador e da população em geral.

Tal risco é evidenciado em pesquisas recentes sobre as condições físicas e higiênico-sanitárias dos principais abatedouros do estado ao apontar que: não existem agentes de inspeção; em 65,2% foi observada a ausência de Médico Veterinário; 80,4% dos trabalhadores não usavam Equipamentos de Proteção

---

<sup>109</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1989. Disponível em : [http://lpeqi.quimica.ufg.br/up/426/o/BOURDIEU\\_Pierre.\\_O\\_poder\\_simb%C3%B3lico.pdf](http://lpeqi.quimica.ufg.br/up/426/o/BOURDIEU_Pierre._O_poder_simb%C3%B3lico.pdf). Acesso em: 10 ago. 2019.

<sup>110</sup> SANTOS, Eliane Araque dos. A naturalização do trabalho infantil. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Porto Alegre, RS, v. 72, n. 3, p. 105-122, set./dez. 2006. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/3690>. Acesso em: 01 ago. 2019. Para Eliane Santos o “imaginário naturalizador do trabalho precoce importa, antes de mais nada, em discriminação da parcela pobre da população, que se vê penalizada por suas parcas condições de sobrevivência, quando deveria receber apoio do Estado para fazer frente à educação de suas crianças e, assim, cumprir o que lhe é próprio, proporcionando ambiente para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros”.

Individual (EPIs), os quais são de suma importância para evitar acidentes e contaminação por agentes infecciosos; não existe câmara de refrigeração, possibilitando a proliferação de microrganismos e insetos sobre a carne; e em 72,1% é frequente a presença de animais domésticos que são alimentados com as vísceras e carcaças descartadas por apresentarem lesões, sendo esses animais, na maioria das vezes, hospedeiros de parasitas e microrganismos zoonóticos, o que facilita a transmissão de doenças.<sup>111</sup>

Essa é a realidade a qual se expõe inúmeros trabalhadores, pois como bem concluiu a pesquisa “as condições físicas e higiênico-sanitárias dos abatedouros da Paraíba proporciona riscos à qualidade da carne, à saúde dos funcionários dos abatedouros e da população que consome os produtos provenientes desses estabelecimentos”.<sup>112</sup>

Assim sendo, em meio a um ambiente insalubre onde o sangue jorra como água, o cheiro é insuportável, os insetos fazem morada, o animal agoniza, houve-se barulhos de paulada, a violência é banalizada e as condições são degradantes ao ponto de serem análogas ao labor escravo, é inconcebível que exista a presença de crianças e adolescentes. Todavia, a realidade é outra, não só existe como participam ativamente na execução das atividades.

Assim, diante desse quadro, onde as cenas registradas são piores do que as de filmes de terror, faz-se necessário dirimir as questões que levam as famílias a incluir ou aceitar os seus filhos nessa atividade desumana.

O fator pobreza contribui bastante para a reverberação da situação do trabalho infantil em abatedouros, pois muitas crianças trabalham por comida. “Os meninos costumam receber em troca da limpeza do ‘fato’ do boi, como são chamadas as entranhas do animal, miúdos e tripas de menor valor”.<sup>113</sup> Entretanto, além desse forte fator que deve ser combatido com políticas públicas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, e geração de emprego para as famílias, o elemento cultural deve ser tratado como meio direto dessa naturalização.

A cultura de aceitação, como já abordada anteriormente, permite que as crianças e adolescentes participem dessas atividades como se fosse algo natural para a sua idade ou simplesmente pela sua condição econômica. Não é difícil

---

<sup>111</sup> MORAIS, op. cit., p. 201-206.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 201.

<sup>113</sup> SANTINI, op. cit.



identificá-la como propagadora do trabalho infantil e como obstáculo para a fiscalização, como bem expressa Marinalva Cardoso Dantas em entrevista para a reportagem da Meia Infância:

O pai de uma das crianças, depois de cumprimentar a todos educadamente, dá um grito para um dos meninos. “Vai ficar aí parado? Não tem de ter vergonha, você está trabalhando, não na rua roubando!”.

O mais magricelo volta a se debruçar e trabalhar, e fica praticamente dentro da barriga do boi. O outro ainda titubeia por alguns momentos, antes de abaixar e ajudar o colega. Nenhum dos outros garotos que estavam esperando o outro boi ser morto se aproxima enquanto a fiscalização está presente.

O pensamento do pai não destoa do pensamento de uma sociedade que cresceu naturalizando a violência e discriminando os menores. É o que se percebe ao analisar os comentários nos *sites* de reportagens que denunciam o trabalho infantil em abatedouros:<sup>114</sup>

O Povão Brasileiro conhece o ditado Popular:

O trabalho dignifica o homem e o trabalhador, tenho 60 anos e desde 8 anos de idade, sempre ajudei minha mãe a matar porcos para nosso Açougue, meu ficava viajando fazendo compras, neste tempo eu estudava, trabalhava e jogava futebol.

Que idiotice! No interior é costume fazer isso. O momento de abater um boi é considerado diversão. Todos se reúnem para ajudar, inclusive as crianças e depois fazem assado dos miúdos e todos comem ou ganham partes para levar pra casa. Já vivi e trabalhei no interior, participei de vários momentos assim. Não tem nada a ver com trabalho escravo. Discordo dessa patrulha do politicamente correto, que quer impor às crianças e adolescentes uma vida fútil de desocupados. É bom ter uma ocupação desde cedo, trabalhar não mata ninguém.

Sabe o que eu acho ? Eu acho é pouco !! USH DUHSUHD SUHD

São esses pensamentos que ceifam a infância e naturalizam a violência em um ciclo que parece se reiniciar a cada geração,<sup>115</sup> tornando o enfrentamento ao trabalho infantil uma ação difícil. Tal problema é reconhecido no estado paraibano há alguns anos pelos órgãos de proteção à criança e ao adolescente, como bem relatou o então coordenador do Fepeti/PB em uma entrevista no ano de 2017: “existe dois grandes desafios: o primeiro relacionado à situação da naturalização, onde as

<sup>114</sup> Todos os comentários foram retirados do site Meia infância.

<sup>115</sup> O trabalho infantil em abatedouros se tornou tão normal para as crianças e adolescentes ao ponto de verbalizarem as atividades mais grotescas de forma simples, como se percebe no relato de Marinalva Cardoso Dantas, auditora fiscal do trabalho do Rio Grande do Norte: “já entrevistei um menino que disse que bebia com cachaça o sangue do boi que jorrava do pescoço. Outro disse que treinou matar boi matando gato na rua a pauladas, como vê o pai fazer com o boi. Esses meninos veem gente matando gado, gado matando gente, gente matando gente. A violência, a morte e a vida para eles são algo muito banal”. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/samuel/36636/as-piores-formas-de-trabalho-infantil>. Acesso em: 11 ago. 2019.

peessoas consideram o trabalho infantil algo normal, e o segundo, à condição do mito em afirmar que para a criança é melhor trabalhar do que estar na rua”.<sup>116</sup>

O mesmo relato foi observado em conversas informais com a coordenação do PETI da Paraíba, ao expor que infelizmente a naturalização do trabalho infantil tem sido uma das grandes barreiras para a sua eliminação, dificultado o trabalho das equipes que atendem os municípios, haja vista muitas famílias apoiarem as atividades laborais exercidas pelas crianças e adolescentes.

O arraigamento da cultura de aceitação da população paraibana é externalizado no silêncio da violação dos direitos da criança e do adolescente, mesmo com instrumentos que facilitam a denúncia do trabalho infantil, a exemplo do Disque 123, pois de acordo com os dados da Vigilância Socioassistencial foram registradas a partir deste canal no ano de 2018, apenas 27 denúncias contra o trabalho infantil de crianças e 25 denúncias contra adolescentes. Um dado ínfimo para um Estado com índices altos de exploração da mão de obra dos pequenos braços.

Essa realidade está longe de se modificar diante do cenário em que falta educação de qualidade e políticas públicas que abarquem todos os municípios do estado. Como posto anteriormente, o novo redesenho do PETI traz ações voltadas para conscientização das famílias e da sociedade civil como um todo.

Entretanto, apenas 18 municípios do Estado foram contemplados com o cofinanciamento até o ano de 2018, não havendo mais possibilidades de continuidade dessas ações por falta de um orçamento destinado ao combate dessa praga.<sup>117</sup>

O cenário é caótico, uma vez que entre 23 municípios com trabalho infantil em abatedouros apenas 18 tiveram ações voltadas para a desmistificação da exploração infantil, o que facilita a propagação do senso comum de que criança tem que trabalhar. Falta um compromisso maior por parte dos governantes, sejam eles Federais, Estaduais ou Municipais.<sup>118</sup>

---

<sup>116</sup> RIZEMBERG, Felipe. Trabalho infantil afetou 80 mil crianças na PB em 2 anos. **Jornal da Paraíba**. 2017. Disponível em: [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/trabalho-infantil-afetou-80-mil-criancas-na-pb-em-2-anos.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/trabalho-infantil-afetou-80-mil-criancas-na-pb-em-2-anos.html). Acesso em: 10 ago. 2019.

<sup>117</sup> A coordenadora do PETI da Paraíba, em conversas informais, demonstrou a sua real preocupação com os municípios paraibanos, pois não existe mais recurso em caixa para dar continuidade às ações e nem expectativas para uma nova pactuação. Segundo o Governo Federal o programa receberá recursos do orçamento do SUAS, isto é, será custeado por um orçamento geral e precário.

<sup>118</sup> Após a denúncia dos casos de trabalho infantil em abatedouros o MPT, em conjunto com outras entidades, elaborou a minuta do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que obriga o compromitente a:

Dessa maneira, observa-se que mesmo com os avanços legislativos a sociedade ainda possui um pensamento retrógrado em relação ao trabalho infantil. A naturalização das suas piores formas foi surgindo em meio ao contexto de pobreza em que viviam as famílias, em meio à falta de informação das suas consequências, a falta de escolaridade, oportunidades e por que não dizer, que foi em meio à falta de humanidade do ser humano.

#### 4.3 OS EFEITOS DO TRABALHO INFANTIL

Apesar dos mitos que qualificam o trabalho infantil como algo positivo, os estudos na área apresentam um quadro dantesco de suas consequências, ratificando o que já se sabia: criança não foi feita para trabalhar, mas sim para estudar, brincar, aprender e viver a doçura da infância. É com esse pensamento que a literatura vem alertando a sociedade para os efeitos do trabalho infantil que se apresentam em vários níveis: econômico, social, moral, físico e mental.

No âmbito educacional as pesquisas apontam que o trabalho infantil possui impactos na baixa frequência na escola e no desempenho escolar. Segundo Kassouf,<sup>119</sup> o desempenho pode ser reduzido até 20%, principalmente se o trabalho for realizado fora do domicílio e com longas jornadas, como demonstrou pesquisa realizada em escolas da rede pública e privada com alunos da 4ª e 8ª série do fundamental e da 3ª série do ensino médio.

A autora também cita pesquisa realizada na América Latina com um resultado semelhante, tendo-se em vista que os estudantes que trabalhavam obtinham 7,5% menos pontos nas avaliações de matemática e 7% a menos nas avaliações de idiomas ao serem comparados como os alunos que apenas estudavam.<sup>120</sup>

---

**“CLÁUSULA PRIMEIRA** – PROIBIR o **trabalho** e **acesso** de menores de 18 anos nos matadouros, mantendo vigilância **permanente**, a fim de impedir a exploração da mão de obra de crianças e adolescentes”. Porém, na última audiência pública, em 29/08/19, não houve assinatura do TAC, sendo remarcada uma nova audiência com os representantes dos matadouros, que em sua maioria são prefeitos municipais.

<sup>119</sup> KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil. **Nova Economia**. Belo Horizonte, vol. 17, n. 2, mai/ago. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512007000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512007000200005). Acesso em: 04 ago. 2019. Os dados utilizados nesta pesquisa foram os do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2003, que possui informações dos testes de língua portuguesa e de matemática.

<sup>120</sup> *Ibidem*. Essa pesquisa foi realizada por Gunnarsson, Orazem e Sánchez (2004) em onze países

As mesmas conclusões foram evidenciadas pela UNICEF<sup>121</sup> no Brasil ao expor que há uma vinculação do trabalho infantil ao abandono ou à abstenção escolar, como comprova estudos do IBGE (2003, 2017) que a inclusão ou permanência das crianças e adolescentes pode ser impedida ou dificultada pela sua relação com atividades econômicas.

Nesse sentido, como coloca a OIT,<sup>122</sup> existem diferenças entre crianças que trabalham e as que não trabalham nas questões escolares, seja pelo cansaço, pela tempo destinado aos estudos em casa, pela frequência ou pelas condições de saúde.

Desse modo, o trabalho precoce mantém o ciclo da pobreza ao impossibilitar o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, afastando-os da formação escolar básica, e conseqüentemente da técnica e superior, que poderiam permitir-lhes o acesso a melhores empregos e condições de vida, isto é, limita-se às oportunidades de emprego a atividades que não exigem qualificação e que dão baixa remuneração, representando custos sociais altos, pois, de acordo com a OIT-IPEC, “fechar os olhos ao trabalho infantil pode minar os tecidos sociais e empobrecer e até destruir o capital humano necessário para tornar possível o crescimento econômico e a redução da pobreza”.<sup>123</sup>

Outra consequência que merece real destaque diz respeito à saúde das crianças e adolescentes, uma vez que “as formas de adoecer (morbidade) e de morrer (mortalidade) dos seres humanos são determinadas pelas condições de vida, nelas incluídas as condições de trabalho”.<sup>124</sup> Acrescenta-se, ainda, que as crianças e adolescentes são mais sensíveis aos fatores ambientais do trabalho, o que piora o estado de saúde nas várias fases da vida.

É incontestável os efeitos perversos acarretados à saúde das crianças submetidas a trabalho infantil, vilipendiando, sobremaneira, os direitos consagrados

<sup>121</sup> UNICEF. **Bem-estar e privações múltiplas: na infância e na adolescência no Brasil.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/2061/file/Bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

<sup>122</sup> OIT. **O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance.** Genebra: OIT, 2006. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS\\_233639/lang-pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_233639/lang-pt/index.htm). Acesso em: 03 de ago. 2019.

<sup>123</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório mundial sobre trabalho infantil: vulnerabilidade econômica, proteção social e luta contra o trabalho infantil.** Genebra: Secretariado Internacional do Trabalho, 2013.

<sup>124</sup> SECRETARIA DA INSPEÇÃO DO TRABALHO/MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **O impacto do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes.** 2015. Disponível em: [http://www.cerest.piracicaba.sp.gov.br/site/images/CARTILHA\\_TRABALHO\\_PRECOCE\\_DE\\_CRIANCAS\\_E\\_ADOLESCENTES.pdf](http://www.cerest.piracicaba.sp.gov.br/site/images/CARTILHA_TRABALHO_PRECOCE_DE_CRIANCAS_E_ADOLESCENTES.pdf). Acesso em: 07 ago. 2019.

à criança e ao adolescente, como bem expressa o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região:

EMENTA RECURSO ORDINÁRIO DA PARTE AUTORA. INSALUBRIDADE. ADESIVOS - HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS. ADICIONAL DEVIDO NO GRAU MÉDIO . Os produtos químicos utilizados pelo obreiro pertencem à categoria dos "hidrocarbonetos", acarretando efeitos perversos à saúde do trabalhador, na medida em que sua aspiração repetida pode levar, inclusive, à destruição de neurônios, ocasionando lesões graves ao cérebro, ou, em menor escala, dificuldade de concentração ou deficiência de memória. Portanto, a exposição aos hidrocarbonetos é altamente nociva à saúde, não apenas mediante contato manual, mas igualmente em razão da aspiração e exposição ocular. A nocividade somente é elidida mediante o uso permanente e contínuo de equipamentos de proteção adequados e eficazes, como luvas e máscaras para vapores orgânicos, o que não restou comprovado. Sendo a avaliação qualitativa, o trabalhador faz jus ao adicional de insalubridade em grau médio, pelo contato com hidrocarbonetos aromáticos no período em que comprovada a exposição. Sentença reformada. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL. TRABALHO DO EMPREGADO MENOR DE IDADE EM AMBIENTE INSALUBRE. PROIBIÇÃO EXPRESSA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO, NA CLT E NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CONVENÇÃO 182 DA OIT. 1. **A Convenção 182 da OIT define a expressão "piores formas de trabalho infantil" como o labor que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças. Trabalho realizado por menor de idade em condições insalubres e perigosas, não podendo ser desconsiderados os efeitos nocivos da atividade sobre o desenvolvimento físico e mental do adolescente.** 2. **Afronta às disposições contidas na Constituição da República (art. 7º, XXXIII ) , na CLT (art. 405, I) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 67, II: " Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho: II - perigoso, insalubre ou penoso" )**, diante do labor insalubre do trabalhador menor de idade, é devida a indenização por dano moral correspondente, sendo presumíveis os abalos sofridos ( in re ipsa ), por violação à expressa proibição legal. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO . Considerando a prática adotada pela ré no sentido de impor trabalho insalubre a menor de idade, em evidente infração ao previsto na Constituição da República (art. 7º, XXXIII ) , na CLT (art. 405, I) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 67, II), cabível a devida a comunicação ao Ministério Público do Trabalho para a persecução da tutela coletiva, na forma do art. 7º da Lei 7347/85 e art. 194 do ECA.<sup>125</sup> (TRT da 4ª Região, 2ª Turma, 0000354-14.2015.5.04.0341 RO, em 24/07/2017, Marcelo Jose Ferlin D'Ambroso) (grifo nosso)

Os estudos comprovam que o ambiente e as condições de trabalho em que são inseridas as crianças e adolescente proporciona inúmeros riscos à saúde

<sup>125</sup> RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional do Trabalho (4ª Região/2. Turma). **Recurso Ordinário 0000354-14.2015.5.04.0341**. Recurso ordinário da parte autora. Insalubridade. Adesivos - hidrocarbonetos aromáticos. Adicional devido no grau médio. Relator: Marcelo Jose Ferlin D'Ambroso, 24 de Julho de 2017. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/acordaos?term-jurisprudencia=EMENTA+RECURSO+ORDIN%C3%81RIO+DA+PARTE+AUTORA.+INSALUBRIDAD E.+ADESIVOS+-+HIDROCARBONETOS+AROM%C3%81TICOS.+ADICIONAL+DEVIDO+NO+GRAU+M%C3%89DIO +>. Acesso em: 05 ago. 2019.

física e mental, tendo em vista que o perfil predominante dos estabelecimentos possuem pequena capacidade econômica, acarretando o uso de equipamentos e máquinas obsoletos sem nenhum tipo de proteção; as condições de segurança são ínfimas, com uso de ferramentas e produtos perigosos; os ambientes são, geralmente, insalubres com exposição a grandes quantidades de agentes físicos, químicos, biológicos e ergonômicos.<sup>126</sup>

Todos esses fatores associados ao conflito em sua mente, criado pela carga de responsabilidade que os obriga a agir como adultos ao tempo que são crianças ocasiona, dentre outras consequências: excessiva carga física e psíquica, deformidade físicas, exposição a acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho, envelhecimento precoce, atrasos no crescimento e desenvolvimento neuropsicomotor, prejuízo no desenvolvimento psicológico (identidade e personalidade), restrição ao convívio familiar; privação do convívio social com indivíduos da mesma faixa etária, privação de brincadeiras e lazer e reflexos negativos na vida pessoal e profissional adulta.<sup>127</sup>

Não é difícil evidenciar essas consequências, quando se escuta ou se lê em jornais que quase 16 mil crianças e adolescentes entre 5 e 18 anos se acidentaram entre os anos de 2012 e 2017, o que corresponde a um acidente a cada três horas e meia, com incidência maior entre os meninos, como exemplifica o gráfico a seguir:<sup>128</sup>

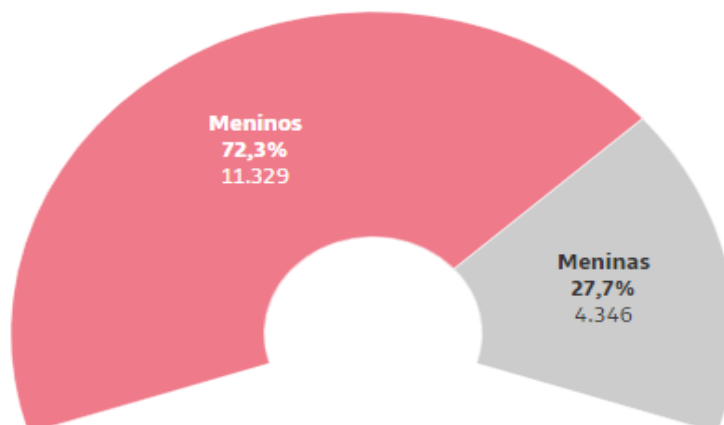
---

<sup>126</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>128</sup> CASTANHO, William; CUNHA, Joana. Criança ou adolescente sofre acidente de trabalho a cada três horas e meia. **Folha de São Paulo**. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/crianca-ou-adolescente-sofre-acidente-de-trabalho-a-cada-tres-horas-e-meia.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2019. A Folha de São Paulo apresentou os dados do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, do MPT (Ministério Público do Trabalho) e da OIT.

Figura 7 - Crianças e adolescentes acidentados entre 5 e 18 anos - 2012/2017



Fontes: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho do MPT (Ministério Público do Trabalho) e da OIT (Organização Internacional do Trabalho)

Em relação ao número de óbitos, segundo informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, de 2007 a 2017 foram registrados 236, contudo, de 2017 em diante muitos outros já tiveram visibilidade, como o caso do adolescente que caiu de uma altura de cerca de 20 metros enquanto trabalhava em uma pedreira na Paraíba. Tal atividade é uma das piores formas de trabalho infantil, ou seja, proibida para menores de 18 anos.<sup>129</sup>

São esses dados que mostram a falta de garantias dos direitos das crianças e adolescentes. Como dizer para um menino de 10 anos que ao ser perguntado no hospital se sabia ler e escrever, após ser mutilado em uma padaria, respondeu: “só sei assinar o nome. Quer dizer, sabia, porque a mão que sabia foi arrancada”,<sup>130</sup> que ela tem direito a ser criança? É difícil responder em meio a tantas violações que ocasionam em meninos e meninas má nutrição, problemas respiratórios, gravidez precoce, transtornos mentais, mutilação de membros, fraturas, má formação óssea e tantos outros.<sup>131</sup>

<sup>129</sup> Mais de 40 mil crianças e adolescentes sofreram acidentes de trabalho em 11 anos. **Rede Peteca:** chega de trabalho infantil. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/noticias/materias/mais-de-40-mil-criancas-e-adolescentes-sofreram-acidentes-trabalhando-em-dez-anos/>. Acesso em: 09 ago. 2019.

<sup>130</sup> DANTAS, Marinalva Cardoso. O desafio da erradicação das piores formas de trabalho infantil no Brasil. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 79, n. 1, p. 66-72, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/38666>. Acesso em: 10 ago. 2019

<sup>131</sup> Segundo a Rede Peteca: chega de trabalho infantil de 2016 a 2018 (dados parciais), aconteceram 3.681 acidentes graves a membros superiores e inferiores, além de 7 crianças e adolescentes perderem a própria mão de forma traumática.

Assim, é inegável que o trabalho infantil, principalmente as piores formas, é um problema social, cultural, de saúde pública, jurídico e econômico, pois, apesar do Brasil ser uma referência nos direitos da criança e do adolescente, com uma das legislações mais modernas e protetivas, abrangendo as convenções internacionais, não se garante os direitos a quem tem direito, a quem mais precisa dessa garantia.

#### 4.3.1 O trabalho infantil em abatedouros e as suas consequências

O trabalho infantil em abatedouros é veemente proibido no Brasil por ser considerado uma das piores formas de trabalho, constando no item 38<sup>132</sup> da lista TIP, no tópico de trabalhos prejudiciais à saúde e à segurança. É o que prevê o Decreto n.º 6.481/12 em seu artigo 2º: “fica proibido o trabalho do menor de dezoito anos nas atividades descritas na Lista TIP, salvo nas hipóteses previstas neste decreto”.

Tal decreto, como já exposto anteriormente, regulamenta os art. 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da OIT que trata da proibição das formas mais desumanas desse trabalho e da ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 178/99, e promulgada pelo Decreto n.º 3.597/2000.

O trabalho infantil em abatedouros ou matadouros está descrito nessa lista, tendo em vista os prováveis riscos ocupacionais: esforço físico intenso, riscos de acidentes com animais e ferramentas perfuro-cortantes e riscos biológicos; e as prováveis repercussões à saúde: afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites), contusões, ferimentos, tuberculose, carbúnculo, brucelose e psitacose, antrax, além de muitas outras.<sup>133</sup>

Todas essas doenças são causadas pela estrutura humana frágil e em desenvolvimento incapaz de suportar tanta agressividade. O sistema ósseo sofre deformações, principalmente na coluna vertebral e nos ossos longos, ao ser exigido

<sup>132</sup> Além do item 38 da Lista TIP, destaca-se que o item 33 desta lista qualifica como atividades enquadradas na piores formas aquelas em contatos com resíduos de animais deteriorados, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pelos ou dejetos de animais.

<sup>133</sup> BRASIL. **Decreto nº 6.481, de 12 de julho de 2008**. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm). Acesso em: 10 ago. 2019.



o carregamento manual da carne dos animais abatidos ou pela postura inadequada ao arrancar a pele do animal e retirar as suas vísceras, prejudicando o crescimento e proporcionando o aparecimento de dores crônicas e das doenças.

Os esforços excessivos das marretadas para matar os animais ou para cortar a cabeça e as patas prejudicam a formação e o crescimento da musculatura, ocasionando dores e doenças nas fibras musculares do sistema que aos 10 anos desenvolveu 40% nos meninos e meninas e aos 14 anos 60% nos meninos e 50% nas meninas.<sup>134</sup>

Os ferimentos com ferramentas pérfuro-cortantes fazem parte do ambiente, como conta um adulto em entrevista no abatedouro de Lagoa de Pedra (RN): “a gente se corta às vezes. Eu já fiquei com o pé todo em carne viva” e continua explicando “trabalho com isso desde que eu tinha 9 anos. Aqui todo mundo é assim. E trabalho para viver. Melhor do que roubar, né?”.<sup>135</sup>

Se para os adultos os acidentes são normais, imagina-se para as crianças que são obrigadas a manusear ferramentas inapropriadas para sua capacidade física e mental, expondo-se a todos os tipos de infecção, como bem relata a reportagem da Meia Infância:

crianças e adultos que trabalham no matadouro ostentam cortes abertos, marcas de acidentes leves ou profundos. “Trabalhadores com lesões e feridas nas mãos devem ser afastados da função e evitar o contato direto com a carne, uma vez que isso pode facilitar tanto a contaminação da carne que está sendo manipulada como a infecção do trabalhador”, explica a bióloga e veterinária Isabel Cristina Lopes Dias, mestre em Saúde e Ambiente.

Os danos psicológicos são tão expressivos nessa exploração quanto os físicos, pois estão mais sujeitas a problemas tornando-as impotentes diante dos desafios sociais, pois “quando a criança se depara diretamente com uma situação de extrema violência, ela rompe uma fase de desenvolvimento. A fantasia é importante, é uma forma de a criança se relacionar com a realidade”.<sup>136</sup> As crianças

<sup>134</sup> SECRETARIA DA INSPEÇÃO DO TRABALHO/MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **O impacto do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes**. 2015. Disponível em: [http://www.cerest.piracicaba.sp.gov.br/site/images/CARTILHA\\_TRABALHO\\_PRECOCE\\_DE\\_CRIANCAS\\_E\\_ADOLESCENTES.pdf](http://www.cerest.piracicaba.sp.gov.br/site/images/CARTILHA_TRABALHO_PRECOCE_DE_CRIANCAS_E_ADOLESCENTES.pdf). Acesso em: 07 ago. 2019.

<sup>135</sup> SANTINI, Daniel. Crianças de 12 anos trabalham com facas afiadas no corte de bois no interior do Rio Grande do Norte. Banalização da violência afeta desenvolvimento, alertam especialistas. **Meia Infância**. 2013. Disponível em: <https://meiainfancia.reporterbrasil.org.br/violencia-crua-um-flagrante-de-trabalho-infantil-em-matadouro/index.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.

<sup>136</sup> *Ibidem*.

e adolescentes em meio a esse ambiente ficam insensíveis para a morte e o sofrimento como expõe a reportagem supracitada:

Nos abatedouros, a banalização da morte é marcada por episódios de crueldade e o trabalho envolve ações violentas. Entre as atividades que os garotos cumprem estão arrancar toda a pele do animal recém-morto puxando aos poucos e separando o couro com breves golpes e cortar a cabeça e as patas. A noção do que é vida e morte se dilui na mesma medida que o sangue se espalha pelas mãos, pés e pernas desnudas de moleques magrelos. A auditora fiscal Marinalva Dantas conta que em uma das ações flagrou crianças “brincando” de espetar um boi ainda vivo com lâminas.<sup>137</sup>

Diante disso, cumpre ressaltar que, segundos estudos já realizados sobre a Teoria do Link, a criança ou o adolescente que é vítima ou testemunha de atos violentos, particularmente contra animais, tem maior probabilidade de transmitir os traços violentos e padrões para os seus filhos, reiniciando o ciclo da violência. Ou seja, por estarem inseridos em um ambiente de total violência e desrespeito com a vida humana e animal, as crianças e adolescentes que são exploradas na atividades de abatedouros podem vir a se tornarem adultos que praticam abuso infantil, violência doméstica e assassinatos, além da probabilidade de transtornos parafílicos.<sup>138</sup>

Outrossim, o direito à educação é cerceado em meio às atividades laborais, como demonstra a pesquisa realizada para avaliar as condições físicas e higiênico-sanitárias dos principais abatedouros da Paraíba,<sup>139</sup> ao relatar que a maioria das crianças encontradas nesse lugar afirmaram o abandono à escola.

É indiscutível que diante desse ambiente o direito à saúde, à educação, ao lazer, ao desenvolvimento, à segurança e à infância exarados no art. 6º da

<sup>137</sup> *Ibidem*.

<sup>138</sup> NASSARO, Marcelo Robis Francisco. **Aplicação da Teoria do Link - maus tratos contra os animais e violência contra pessoas - nas ocorrências atendidas pela polícia Militar do estado de São Paulo**. 2013. Dissertação (Mestrado profissional em Ciências Policiais de Segurança de Ordem Pública) - Centro de Altos estudos de Segurança, 2013. Disponível em: <http://www.pea.org.br/educativo/pdf/robis.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019. O autor cita o texto publicado na ONG PET - Abuse. com, como forma de esclarecer o link entre os vários tipos de violência. O texto diz que: “muitos estudos em psicologia, sociologia e criminologia durante os últimos 25 anos têm demonstrado que criminosos frequentemente têm históricos de maus tratos aos animais durante sua infância e adolescência. O FBI tem reconhecido a conexão desde a década de 70, quando na análise das vidas de assassinos seriais sugere que a maioria havia torturado ou matado animais quando criança. Outras pesquisas têm demonstrado padrões consistentes de maus tratos aos animais como formas de violência mais comuns, incluindo abuso infantil, abuso do companheiro e de pessoas idosas. De fato, a Associação de Psicologia Americana considera os maus tratos aos animais como um dos critérios do transtorno de conduta”.

<sup>139</sup> MORAIS, *op. cit.*, p. 203.

CF/88<sup>140</sup> são diretamente afrontados, bem como todos os demais da constituição e das normas infraconstitucionais que fazem valer a dignidade da pessoa humana.

Assim, a complexidade do trabalho infantil demanda uma intervenção tríplice - família, sociedade e estado - na luta pela desmistificação de que “é melhor trabalhar do que roubar”, quebrando os paradigmas sociais, culturais e econômicos, a partir da educação, a qual possui o poder de transformar o mundo, aliada às políticas de proteção e eliminação de qualquer forma de exploração da mão de obra infantojuvenil.

---

<sup>140</sup> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise desenvolvida, percebe-se que o trabalho infantil ainda é um grave problema no Brasil, principalmente as suas piores formas, apesar de existir grandes avanços na legislação internacional e nacional em defesa dos direitos da criança e do adolescente, o que identifica a falta de intervenção direta nos fatores que envolvem o fenômeno.

De fato, o trabalho infantil é bastante complexo, pois abarca várias causas que contribuem para a sua manutenção, dificultando a sua erradicação.

Primeiramente, após uma análise histórica, depreende-se que o fenômeno não é um fato novo, sempre esteve presente no Brasil e foi considerado por muitos anos como método de educação e prevenção da marginalização dos mais pobres, enraizando a discriminação social e mantendo o ciclo da pobreza.

Após o processo de transição da então Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, que considera as crianças e adolescentes como sujeitos de direito; e as crescentes lutas sociais para garantir os direitos humanos, o quadro do trabalho infantil foi amenizado, porém está longe de ser erradicado, uma vez que a transição não aconteceu no pensamento da sociedade brasileira.

O Brasil avançou na legislação de proteção à criança e ao adolescente ao considerá-lo como pessoa em desenvolvimento e, portanto, detentores de prioridade absoluta, proibindo-se os trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres que os tornam objeto da negligência, exploração, violência, crueldade e opressão humana. Entretanto, as normas já estabelecidas não impediram o avanço das piores formas de trabalho infantil, as que se camuflam na irregularidade e ceifam a dignidade da pessoa humana.

Embora exista um arcabouço jurídico pontuando que é dever do estado, da sociedade e da família proteger as crianças e adolescentes das violações de seus direitos, na prática, como se constata nos trabalhos realizados em abatedouros da Paraíba, essa tríplice proteção não acontece, demonstrando a ineficiência da legislação e das políticas públicas de erradicação da exploração infantil.

Assim, ao analisar os casos de trabalho infantil em abatedouros da Paraíba, após uma análise de casos semelhantes, concluiu-se que a naturalização do trabalho infantil pela sociedade, famílias e até pelas próprias crianças é talvez o

principal obstáculo para a eliminação das piores formas de trabalho infantil, inclusive em abatedouros, tendo em vista que se todos consideram normal, não há problema em ser executado.

Essa naturalização, denominada de cultura de aceitação, cerceia todos os direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente ao inseri-los em atividades laborais e alimentar a sua reprodução no círculo vicioso – pobreza, trabalho infantil e pobreza.

Tal círculo só será quebrado se as famílias, Estado e sociedade atuarem em conjunto na defesa dos direitos já consagrados e não garantidos a criança e ao adolescente, priorizando a educação, pois só ela é capaz de transformar o homem.

Para tanto, o primeiro passo deve ser dado através de políticas públicas de conscientização dos pais e da sociedade civil quanto à nocividade dessa prática nefasta que causa danos à saúde física, psíquica, além de afetar a educação e a moral.

Portanto, o presente estudo demonstrou que o problema não está na falta de normas, mas sim na concretização das leis, e que a falta de políticas públicas efetivas e concretas permite que muitas crianças cresçam em meio ao sangue e as vísceras de animais; que troquem o lápis pela faca ou pela força exercida em uma marretada; que retire as fezes de um boi.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL E SILVA, A.F. Comentários do debatedor. In: SIMONETTI, Cecília *et al* (orgs.). Do avesso ao direito. São Paulo: Malheiros/Governo do Estado de São Paulo/UNICEF, 1994. *apud* VERONESE, Josiane Rose Petry. A proteção integral da criança e do adolescente no direito brasileiro. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 79, n. 1, p. 38-54, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/38644>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- ARAÚJO, Aracy Alves de; GOMES, Marília Fernandes Maciel; LIMA, João Eustáquio. Influência do Programa Bolsa Família na redução do trabalho infantil: evidências para o Nordeste brasileiro. **Revista de economia**, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 33-45, jul-set., 2014. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/viewFile/117/96>. Acesso em: 05 ago. 2019.
- BHALOTRA, S.; HEADY, C. Child farm labor: the wealth paradox. *The World Bank Economic Review*, v. 17, n. 2, 2003. *apud* KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil. **Nova Economia**. Belo Horizonte, vol. 17, n. 2, mai/ago. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512007000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512007000200005). Acesso em: 04 ago. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1989. Disponível em : [http://lpeq.quirica.ufg.br/up/426/o/BOURDIEU\\_\\_Pierre.\\_O\\_poder\\_simb%C3%B3lico.pdf](http://lpeq.quirica.ufg.br/up/426/o/BOURDIEU__Pierre._O_poder_simb%C3%B3lico.pdf). Acesso em: 10 ago. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 6.481, de 12 de julho de 2008**. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm). Acesso em: 10 ago. 2019.
- \_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 10 jun. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 10 jun. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2014]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm). Acesso em: 11 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000.** Promulga Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3597.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3597.htm). Acesso em: 12 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999.** Aprova os textos da Convenção n. 182 e da Recomendação n. 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua eliminação. Brasília, DF: Senado Federal, [1999]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1999/decretolegislativo-178-14-dezembro-1999-370760-convencao-1-pl.html>. Acesso em: 12 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002.** Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4134.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4134.htm). Acesso em: 12 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto Legislativo nº 179, de 11 de outubro de 1999.** Aprova os textos da Convenção n. 138 e da Recomendação n. 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego, adotadas em junho de 1973, em Genebra. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1999. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1999/decretolegislativo-179-14-dezembro-1999-370761-exposicaodemotivos-143183-pl.html>. Acesso em: 12 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 08, de 18 de abril de 2013.** Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2013. Disponível em: [www.mds.gov.br › legislacao › cnas-2013-008-18-04-2013.pdf › download](http://www.mds.gov.br/legislacao/cnas-2013-008-18-04-2013.pdf). Acesso em: 22 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Perguntas e respostas:** o redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. 2014. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS\\_233639/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_233639/lang--pt/index.htm). Acesso em: 04 ago. 2019.

CAIXA. **Bolsa Família.** Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 04 ago. 2019.

CASTANHO, William; CUNHA, Joana. Criança ou adolescente sofre acidente de trabalho a cada três horas e meia. **Folha de São Paulo.** 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/crianca-ou-adolescente-sofre-acidente-de-trabalho-a-cada-tres-horas-e-meia.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Conheça as 93 piores formas de trabalho infantil no Brasil. **Rede peteca**: chega de trabalho infantil. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/tira-duvidas/o-que-voce-precisa-saber-sobre/conheca-93-piores-formas-de-trabalho-infantil-no-brasil/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

COLUCCI, Viviane. A teoria da proteção integral frente ao combate ao trabalho infantil e à regularização do trabalho do adolescente. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 79, n. 1, p. 55-65, jan./mar. 2013.

CUSTÓDIO, A. V; REIS, S. S. **Trabalho Infantil nos meios de comunicação**: o espetáculo da violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017, p. 193. Disponível em: [http://www.unisc.br/editora/?id\\_livro=460](http://www.unisc.br/editora/?id_livro=460). Acesso em: 02 ago. 2019.

DANTAS, Marinalva Cardoso. O desafio da erradicação das piores formas de trabalho infantil no Brasil. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 79, n. 1, p. 66-72, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/38666>. Acesso em: 10 ago. 2019.

DÓI, Cristina Teranise; FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **A proteção integral das crianças e dos Adolescentes vítimas** (comentários ao art. 143 do ECA). Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1222.html>. Acesso em: 02 ago. 2019.

FNPETI. **O que é o fórum**. Disponível em: <https://fnpeti.org.br/oqueeoforum>. Acesso em: 03 ago. 2019

FUNDAÇÃO ABRINQ. **A criança e o adolescente nos ODS**: marco zero dos principais indicadores brasileiros ODS 4 - ODS 8. São Paulo: Fundação Abrinq, 2017. Disponível em: [https://observatoriocrianca.org.br/system/library\\_items/files/000/000/003/original/Publica%C3%A7%C3%A3o\\_A\\_Crian%C3%A7a\\_Adolescente\\_ODS48.pdf?1510662791](https://observatoriocrianca.org.br/system/library_items/files/000/000/003/original/Publica%C3%A7%C3%A3o_A_Crian%C3%A7a_Adolescente_ODS48.pdf?1510662791). Acesso em: 08 ago. 2019.

GALVANI, Maria Denise. **Velho problema, novos desafios**: redução da pobreza inaugura segunda fase do combate ao trabalho infantil. Ministério público do Paraná. 2012. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/2012/10/11290,37/#infografico>. Acesso em: 08 ago. 2019.

GOMES, Maria Beatriz Theodoro; JÚNIOR, Humberto Theodoro. A jurisdição como meio de tutela ao trabalho decente. In: ARAÚJO FARIAS, James Magno. **Trabalho decente**. São Paulo: LTr, 2017. Disponível em: <https://app.vlex.com/#BR/sources/21579>. Acesso em: 25 de jul. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua**. 2017. ISBN 978-85-240-4435-9. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf). Acesso em: 04 ago. 2019.



KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil. **Nova Economia**. Belo Horizonte, vol. 17, n. 2, mai/ago. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512007000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512007000200005). Acesso em: 04 ago.2019.

LIMA, Consuelo Generoso Coelho de. Trabalho Precoces, Saúde e Desenvolvimento Mental. In: **O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física, mental, cultural e econômico**. Brasília, Ministério do Trabalho, 2002. Disponível em: <[www.mte.gov.br/trab\\_infantilpub\\_541.pdf](http://www.mte.gov.br/trab_infantilpub_541.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andradre (coord.). **Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MADEIRA, Maria C.C. **Trabalho infantil e Política pública: uma avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no município de João Pessoa**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5031>. Acesso em: 05 ago. 2019.

MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In: FLORESTAN, Fernandes (org). **K. Marx F. Engels História**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

Mais de 40 mil crianças e adolescentes sofreram acidentes de trabalho em 11 anos. **Rede Peteca: chega de trabalho infantil**. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/noticias/materias/mais-de-40-mil-criancas-e-adolescentes-sofreram-acidentes-trabalhando-em-dez-anos/>. Acesso em: 09 ago. 2019.

MORAIS, Dayana Firmino de et al. Condições físicas e higiênico-sanitárias dos abatedouros da Paraíba, Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária**, São Paulo, v. 24, n. 4, p.201-206, out./dez. 2017.

NASSARO, Marcelo Robis Francisco. **Aplicação da Teoria do Link - maus tratos contra os animais e violência contra pessoas - nas ocorrências atendidas pela polícia Militar do estado de São Paulo**. 2013. Dissertação (Mestrado profissional em Ciências Policiais de Segurança de Ordem Pública) - Centro de Altos estudos de Segurança, 2013. Disponível em: <http://www.pea.org.br/educativo/pdf/robis.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019

OIT. **Boas praticas de combate ao trabalho infantil: os 10 anos de Ipec no Brasil**. Brasília: OIT, 2003. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_233583.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_233583.pdf). Acesso em: 10 jul. de 2019.

\_\_\_\_\_. **O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance**. Genebra: OIT, 2006. Disponível em:

[https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS\\_233639/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_233639/lang--pt/index.htm). Acesso em: 03 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório mundial sobre trabalho infantil: vulnerabilidade econômica, proteção social e luta contra o trabalho infantil**. Genebra: Secretariado Internacional do Trabalho, 2013.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Ipec**. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS\\_565238/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS_565238/lang--pt/index.htm). Acesso em: 02 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Oficina Regional para las Américas/Programa IPEC. **La acción Del IPEC contra el trabajo infantil em América Latina y el Caribe 1996-2004: avances y prioridades futuras**. Lima, 2004. Disponível em: <https://www.ilo.org/ipeinfo/product/viewProduct.do;jsessionid=GfLrYkhNpyxf7kQrhYhCXtYSFhCcsp0TR4yZyhLrRCQsymkMknf!-758118105?productId=7037>. Acesso em: 10 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - IPEC. **Legislação comparada sobre o trabalho de crianças e adolescentes nos países do Mercosul**. Brasília: OIT, 2006.

OLIVEIRA, Oris. **Trabalho e profissionalização de adolescente**. São Paulo: LTr, 2009.

PB é o 4º estado do Nordeste em casos de exploração do trabalho infantil. **Jornal da Paraíba**. 2018. Disponível em: [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/pb-e-o-4o-estado-nordeste-em-casos-de-exploracao-trabalho-infantil.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/pb-e-o-4o-estado-nordeste-em-casos-de-exploracao-trabalho-infantil.html). Acesso em: 10 ago. 2019.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed.rev. São Paulo: Cortez, 2009.

PNAD contínua 2016: Brasil tem, pelo menos, 998 mil crianças trabalhando em desacordo com a legislação. **Agência IBGE**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18383-pnad-continua-2016-brasil-tem-pelo-menos-998-mil-criancas-trabalhando-em-desacordo-com-a-legislacao>. Acesso em: 22 jul. 2019.

Por mais bolsa e menos trabalho infantil. **Rede peteca**: chega de trabalho infantil. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/colunas/por-mais-bolsa-familia-e-menos-trabalho-infantil/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional do Trabalho (4ª Região/2. Turma). **Recurso Ordinário 0000354-14.2015.5.04.0341**. Recurso ordinário da parte autora. Insalubridade. Adesivos - hidrocarbonetos aromáticos. Adicional devido no grau médio. Relator: Marcelo Jose Ferlin D'Ambroso, 24 de Julho de 2017. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/acordaos?term-jurisprudencia=EMENTA+RECURSO+ORDIN%C3%81RIO+DA+PARTE+AUTORA.+INSALUBRIDADE.+ADESIVOS+->

+HIDROCARBONETOS+AROM%C3%81TICOS.+ADICIONAL+DEVIDO+NO+GRAU+M%C3%89DIO+. Acesso em: 05 ago. 2019.

RIZEMBERG, Felipe. Trabalho infantil afetou 80 mil crianças na PB em 2 anos. **Jornal da Paraíba**. 2017. Disponível em: [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/trabalho-infantil-afetou-80-mil-criancas-na-pb-em-2-anos.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/trabalho-infantil-afetou-80-mil-criancas-na-pb-em-2-anos.html). Acesso em: 10 ago. 2019.

RUA, Maria das Graças. Avaliação da Integração do Programa de Erradicação ao Trabalho infantil ao Programa Bolsa Família. **Revista do Serviço Público**, Brasília, p. 417-450 Out/Dez. 2007. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/182/187>. Acesso em: 06 ago. 2019.

SANTOS, Eliane Araque dos. A naturalização do trabalho infantil. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Porto Alegre, RS, v. 72, n. 3, p. 105-122, set./dez. 2006. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/3690>. Acesso em: 01 ago. 2019.

SANTOS, Jonábio Barbosa dos. **O trabalho infantil no Brasil e na Argentina**: um caso de desrespeito à declaração sociolaboral do MERCOSUL. São Paulo: LTr, 2015. Disponível em: <https://app.vlex.com/#BR/sources/13008>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SANTINI, Daniel. Crianças de 12 anos trabalham com facas afiadas no corte de bois no interior do Rio Grande do Norte. Banalização da violência afeta desenvolvimento, alertam especialistas. **Meia Infância**. 2013. Disponível em: <https://meiainfancia.reporterbrasil.org.br/violencia-crua-um-flagrante-de-trabalho-infantil-em-matadouro/index.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.

SARTI, Cynthia A. As crianças, os jovens e o trabalho. In: **O compromisso da saúde no campo do trabalho infanto-juvenil** -uma proposta de atuação. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1999.

SECRETARIA DA INSPEÇÃO DO TRABALHO/MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **O impacto do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes**. 2015. Disponível em: [http://www.cerest.piracicaba.sp.gov.br/site/images/CARTILHA\\_TRABALHO\\_PRECOCE\\_DE\\_CRIANCAS\\_E\\_ADOLESCENTES.pdf](http://www.cerest.piracicaba.sp.gov.br/site/images/CARTILHA_TRABALHO_PRECOCE_DE_CRIANCAS_E_ADOLESCENTES.pdf). Acesso em: 07 ago. 2019.

SUBIRATS, Joan et al. Análisis y gestión de políticas públicas. Barcelona: Planeta, 2012. *apud* CUSTÓDIO, A. V; REIS, S. S. **Trabalho Infantil nos meios de comunicação**: o espetáculo da violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017, p. 193. Disponível em: [http://www.unisc.br/editora/?id\\_livro=460](http://www.unisc.br/editora/?id_livro=460). Acesso em: 02 ago. 2019.

TATEI, Fábio; CACCIAMALI, Maria Cristina; BATISTA, Natália Ferreira. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, mai/ago.

2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482010000200003#nota37](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482010000200003#nota37). Acesso em: 04 ago. 2019.

Trabalho infantil no Brasil e no mundo. **Rede peteca**: chega de trabalho infantil. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/estatisticas/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

UNICEF. **Bem-estar e privações múltiplas**: na infância e na adolescência no Brasil. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/2061/file/Bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

VIEIRA, Marcia Guedes. **Trabalho infantil no Brasil: questões culturais e políticas públicas. Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais). UNB: Brasília, 2009. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4415/1/2009\\_MarciaGuedesVieira.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4415/1/2009_MarciaGuedesVieira.pdf). Acesso em: 20 jul. 2019.